

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
CAROLINNE CORREA VERONEZI

A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA COMPANHIA DOCAS DO  
ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

Santos

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CAROLINNE CORREA VERONEZI

A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA COMPANHIA DOCAS DO  
ESTADO DE SÃO PAULO- CODESP

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvia Maria Tagé Thomaz e coorientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia Garcia Mira.

Santos / 2014

V549t Veronezi, Carolinne Correa, 1988-  
A trajetória do serviço social na Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. / Carolinne Correa Veronezi ; Orientadora: Profa. Dra. Silvia Maria Tagé Thomaz. – Santos, 2014.  
xx f. ; 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) –  
Universidade Federal de São Paulo - campus Baixada  
Santista, Curso de Serviço Social, 2014.

1. Serviço social. 2. Trabalho profissional. 3. Serviço social na empresa. I. Thomaz, Silvia Maria Tagé, Orientadora. II. Título.

CDD 361.3

**CAROLINNE CORREA VERONEZI**

**A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO  
PAULO – CODESP**

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvia Maria Tagé Thomaz e coorientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia Garcia Mira.

Aprovação em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EXAMINADORES:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvia Maria Tagé Thomaz

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Melo

## **AGRADECIMENTOS**

*Primeiramente, agradeço á **Deus** pela oportunidade da vida, pela saúde, por sempre me abençoar e colocar no meu caminho coisas boas, como a oportunidade de cursar Serviço Social numa Universidade Federal.*

*Agradeço a minha **Família** que tanto amo e que tanto me apoia sempre que preciso. Vocês são a minha base e a minha força para seguir adiante! Ao meu marido Aureo por tanta dedicação, amor e carinho. Ao meu irmão Geovanni pelo incentivo sempre. A minha amada Mãe Lia, guerreira que sempre me inspira a continuar sem nunca desistir. Ao meu amado Pai Luiz, que deixou imensas saudades, por ter me ensinado a ser uma pessoa de bem, através de seu exemplo de força, fé e amor. Nosso laço de amor é eterno, nem a saudade e nem a distância irá desfazer nosso amor! E ao meu filho de quatro patas Billie Joe, meu gatinho amado!*

*Agradeço á todos os **Professores** que com desvelo e competência me proporcionaram conteúdos reflexivos e críticos que me possibilitaram outra visão de mundo, que me transformaram enquanto Ser profissional e pessoal. Muito obrigada!*

*Agradeço as **Profissionais** que se propuseram a participar desse projeto, possibilitando a concretização desse estudo. Muito obrigada!*

*Agradeço as minhas **Orientadoras** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sílvia Maria Tagé Thomaz e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia Garcia Mira pela grande contribuição nos caminhos da produção do conhecimento. Sem vocês esse trabalho não teria se realizado, muito obrigada!*

*As minhas **Supervisoras** de campo e acadêmica, Flavia Sílvia de Angelis e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Melo por me proporcionarem reflexões importantes sobre o conhecimento teórico-prático do Serviço Social e por possibilitarem meu amadurecimento como futura profissional. Muito obrigada!*

*E em fim, á todos os meus **Amigos** que nunca deixaram que eu desistisse dessa jornada, me incentivando e torcendo pelo meu sucesso! Aos meus amigos e colegas da faculdade que deixaram consideráveis contribuições para meu aprendizado, reflexão e amadurecimento. Todos vocês são muito queridos e especiais em minha vida! Muito obrigada!*

*“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios.  
É preciso ter coragem, ter esperanças para enfrentar o presente.  
É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar sonhos e  
concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais  
humanos, mais justos, mais solidários”.*

*Marilda Yamamoto*

## **RESUMO**

O presente trabalho intitulado “A trajetória do Serviço Social na Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP” tem como objetivo compreender como o Serviço Social emergiu e desenvolveu-se no contexto da CODESP e observar as demandas da empresa desde as primeiras décadas de trabalho. No primeiro capítulo desenvolvemos a reflexão sobre o trabalho do assistente social nas empresas capitalistas e as novas demandas do Serviço Social Empresarial. No segundo capítulo abordamos a história do Porto de Santos e o surgimento da Companhia Docas do Estado de São Paulo. No terceiro capítulo efetuamos pesquisa bibliográfica que aborda o surgimento do Serviço Social na CODESP e em seguida a exposição dos dados colhidos e seus resultados da pesquisa de campo. Nas considerações finais apontamos reflexões a partir dos resultados.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Trabalho Profissional; Serviço Social na Empresa.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL.....	13
1.1 O trabalho do Assistente Social nas empresas capitalistas.....	20
1.2 As novas demandas do Serviço Social empresarial.....	26
2. HISTÓRIA DO PORTO DE SANTOS.....	34
2.1 O surgimento da Companhia Docas do Estado de São Paulo.....	39
3. A INVESTIGAÇÃO COM OS ASSISTENTES SOCIAIS DA CODESP.....	43
3.1 Procedimentos metodológicos.....	43
3.2 O Serviço Social da CODESP.....	45
3.3 Informações coletadas com os profissionais.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	65
ANEXOS.....	68

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Navio Nasmith atracando no primeiro trecho de cais.....	36
Figura 2 - Canal do estuário do Porto de Santos.....	38
Figura 3 - Sede da CODESP, em Santos/SP.....	42

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema desta pesquisa surgiu durante a graduação. Gradativamente, passei a ter uma atenção especial pelo trabalho profissional desenvolvido nas empresas capitalistas, principalmente por seu caráter desafiador e contraditório. Além disso, como munícipe da cidade de Santos há 18 anos, observei o cotidiano da cidade ligado ao maior porto da América Latina, o Porto de Santos, por onde passam, atualmente, cerca de um terço do Produto Interno Bruto - PIB de nosso país.

O Porto de Santos está ligado à história econômica da região da Baixada Santista, sendo responsável por milhares de empregos diretos e indiretos. A maioria das famílias dessa região possui trabalhadores portuários ativos ou aposentados. É interessante notar que o porto, tendo essa importância no cenário da economia da Baixada Santista e do Brasil, ao mesmo tempo venha provocar transtornos consideráveis à população, como exemplo no trânsito da cidade que tem suas ruas, avenidas e principais acessos à cidade tomado por caminhões que trazem e buscam mercadorias do porto para todo o país.

O Porto de Santos é administrado pela Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. Trata-se de uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria Especial de Portos – SEP do Governo Federal, que atualmente emprega cerca de mil e quinhentos funcionários. Desde os anos de 1980, a CODESP voltou para o controle estatal, sendo que em boa parte do século XX foi administrada, por meio de contrato de concessão, por particulares, membros da família Guinle. Nessa época, chamava-se Companhia Docas de Santos, a antiga CDS, e tinha um quadro de funcionários muito maior, com mais de treze mil funcionários. Em 1993, com a Lei 8.630/93 conhecida como a Lei de Modernização dos Portos, a operação portuária deixou de ser responsabilidade da CODESP, que passou a atuar fiscalizando terminais privados, sob o regime de arrendamento de diversas faixas de cais. Dessa forma, o número de funcionários caiu bastante, pois, atualmente, compete à CODESP apenas fiscalizar a operação portuária, a qual é efetivamente realizada por terminais privados e realizar investimentos em infraestrutura que beneficiem a comunidade portuária como um todo.

A CODESP é uma empresa identificada com a cidade de Santos e seus moradores, fazendo parte da história de muitas famílias. E, ao tomar conhecimento de que o departamento de Serviço Social dessa empresa foi criado há algumas décadas, interessou-me conhecer a trajetória de um serviço que surgiu num momento em que a profissão ainda estava emergindo em território nacional.

Atualmente, trabalham na empresa quatro Assistentes Sociais, em atividade na Gerência de Relações Humanas e Treinamento - GFH, que por sua vez faz parte da Diretoria de Administração e Finanças - SFA da empresa.

O universo contraditório no qual se situa o Serviço Social na empresa expõe o conflito capital/trabalho, ocorrendo de forma mais concreta, pois a empresa tem como finalidade máxima a obtenção de lucros, enquanto os trabalhadores mantêm o interesse em melhores condições de vida. É justamente nesse terreno desafiador que se insere o trabalho dos Assistentes Sociais.

A inserção dos Assistentes Sociais no processo de trabalho dessa instituição teve início em meados do século XX. E, até os dias de hoje, o Serviço Social na CODESP continua desenvolvendo suas atividades, numa trajetória histórica repleta de possibilidades e desafios. A presente pesquisa visa conhecer e observar a trajetória do Serviço Social numa das maiores e mais antigas empresas da Baixada Santista, a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

A relevância da pesquisa relaciona-se com a necessidade da categoria profissional de compreender as especificidades do trabalho no contexto das empresas capitalistas. Segundo Mota (2010, p.53), “as empresas não são consideradas tradicionais empregadoras de Assistentes Sociais”, por não terem viés assistencial, mas apresentam claramente uma demanda específica por esse tipo de profissional, que tem seu valor de uso, sua utilidade social, e, portanto, foi inserido na divisão social e técnica do trabalho.

Trata-se de um terreno contraditório e desafiador para a inserção de Assistentes Sociais comprometidos com o projeto ético-político da profissão. É necessário “ser um profissional propositivo, não apenas executivo” (IAMAMOTO, 2000, p.20), buscando formas criativas de responder as demandas trazidas pela

classe trabalhadora nesse contexto, contribuindo para sua autonomia e emancipação.

Para isso, é necessário observar e compreender as relações sociais que se desenvolvem nessas instituições e o cotidiano de trabalho de outros profissionais, que enriquecerão o conhecimento disponível com suas experiências de trabalho. Portanto, conhecer a trajetória de um setor de Serviço Social que surgiu há décadas, numa empresa com milhares de funcionários, é compreender um pouco da história do Serviço Social no Brasil.

No contexto da Baixada Santista, a CODESP é atualmente uma das empresas mais influentes e relevantes, tendo importância econômica e comercial que abrange o cenário nacional<sup>1</sup> e internacional. A experiência dos Assistentes Sociais dessa organização pode fornecer elementos importantes de reflexão para outros profissionais que atuam nessa área.

Pretende-se compreender como o Serviço Social emergiu e desenvolveu-se no contexto da CODESP e observar as demandas da empresa desde as primeiras décadas de trabalho. Assim, indaga-se: Quais os desafios e possibilidades que mobilizam os profissionais do setor? Quais as condições objetivas em que realizam o trabalho? Quais propostas o Serviço Social constrói hoje na CODESP?

---

<sup>1</sup> Segundo edição de setembro de 2014 da Revista Isto é Dinheiro, a CODESP atualmente é a 514ª maior empresa do país, considerando sua receita de 2013, de 758,8 milhões de reais, 13% maior que a do ano anterior.

## 1. O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

No Brasil, o Serviço Social surgiu como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho na primeira metade do século XX. Gradativamente, principalmente a partir da década de 1930, o Estado passou a intervir na perspectiva de garantir a reprodução social da classe trabalhadora, no contexto de uma sociedade regida pelo modo de produção capitalista e sua contradição fundamental, fonte primordial das desigualdades sociais: “o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada” (IAMAMOTO, 2000, p. 27). Com a necessidade de vender sua força de trabalho para sobreviver, a classe trabalhadora passou também a experimentar os efeitos negativos desse paradoxo central do sistema capitalista, que se materializa em pobreza, desemprego, fome, analfabetismo, violência, falta de acesso a serviços básicos de saúde, etc.

Assim, “o Serviço Social tem na questão social, a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2000, p. 27).

O cerne da questão social está enraizado no conflito entre capital *versus* trabalho, suscitado entre a compra (detentores dos meios de produção) e venda da força de trabalho (trabalhadores), que geram manifestações e expressões. Estas manifestações e expressões, por sua vez, são subdivididas entre a geração de desigualdades: desemprego, exploração, analfabetismo, fome, pobreza, entre outras formas de exclusão e segregação social que constituem as demandas de trabalho dos Assistentes Sociais; também se expressa pelas diferentes formas de rebeldia e resistência: todas as maneiras encontradas pelos sujeitos para se opor e resistir às desigualdades. (FRAGA, 2010, p.06)

Yazbek et. al. (2008, p. 7) afirma que naquele momento, na sociedade urbano-industrial que surgia nos anos 30 do século XX, as iniciativas particulares, desenvolvidas por instituições religiosas, filantrópicas e benemerentes, não se mostravam suficientes para absorver as inúmeras expressões da questão social, que “é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 77). Assim, o

Estado e o empresariado, com o apoio da Igreja Católica, legitimam o surgimento de um profissional especializado para tais demandas: o Assistente Social. Sua atuação está sempre vinculada a instituições de cunho estatal ou privada, nas quais o profissional se vincula por meio da venda de sua força de trabalho, em troca de um salário<sup>2</sup>.

Não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações sociais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional. Ora, sendo integrante dos aparatos do poder [...] seu significado social só pode ser compreendido ao levar em consideração tal característica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 79).

A influência católica vai imprimir a profissão, em seus primórdios, uma abordagem da questão social como um problema moral dos sujeitos envolvidos e o Assistente Social intervindo na perspectiva de ajustá-los ou adaptá-los a sociedade em que estão inseridos.

A presença do conservadorismo moral, no contexto da origem do Serviço Social, é evidenciada: na formação profissional, no projeto social da Igreja Católica e na cultura brasileira, através das ideias positivistas [...] essa forma de entender a realidade explicita valores morais e pressupostos teóricos-políticos encontrados tanto no positivismo quanto no neotomismo, bases da formação profissional, na sua origem [...] Apesar de se oporem em muitos aspectos, o pensamento católico tradicional e o positivismo compartilham da ideologia conservadora e da crença na moral como espaço de enfrentamento da questão social [...] o tratamento moral da questão social é uma resposta política de várias forças sociais ao potencial emancipador das lutas proletárias (BARROCO, 2001, p. 75-83)

O Serviço Social “que surge nesse período, como desdobramento da Ação Social e da Ação Católica, não estará isento dessas marcas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 164). O Assistente Social teve sua utilidade social delineada<sup>3</sup>, numa conjuntura societária que impelia o Estado a intervir nas relações sociais, por meio de políticas específicas, de forma a garantir a viabilidade do processo de

---

<sup>2</sup>Por meio da portaria número 135 de 19 de abril de 1949, o Ministério do Trabalho reconhece o Serviço Social como profissão liberal, porém com o exercício de seu trabalho vinculado a instituições públicas ou particulares, o que já delineia a condição do Assistente Social como trabalhador assalariado.

<sup>3</sup>O Serviço Social não pode ser considerado uma etapa mais técnica e especializada das diversas formas de filantropia e benemerência, mas, ao contrário, como resultado de “uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe [...] constituída por meio do processo de industrialização e urbanização” (IAMAMOTO, 2000, p. 23).

acumulação capitalista e, simultaneamente, amenizar o quadro de necessidade sociais dos trabalhadores.

O trabalho do Assistente Social tem um efeito nas condições materiais e sociais daqueles cuja sobrevivência depende do trabalho. Em outros termos, tem um efeito no processo de reprodução da força de trabalho [...] Assim, o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora [...] o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2000, p. 67 e 69).

Já na década de 1980, a transição para um modelo político democrático fez amadurecer na categoria, especialmente em correntes de vanguarda, o sentimento de ruptura com o conservadorismo<sup>4</sup>, ideia que teve a sua semente lançada no Movimento de Reconceituação<sup>5</sup>. A partir desse momento, gradativamente, “torna-se hegemônica no Serviço Social a abordagem do Serviço Social como totalidade social que participa do processo de reprodução das relações contraditórias da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 1982 apud YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 19).

É sobretudo com lamamoto que a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. Como matriz teórico-metodológica esta teoria apreende o ser social a partir de mediações. Ou seja, parte da posição de que a natureza relacional do ser social não é percebida em sua imediaticidade[...] Ou seja, as relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições, etc., que ao mesmo tempo revelam/ocultam as relações sociais imediatas. Por isso nessa matriz o ponto de partida é aceitar fatos, dados como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico. [...] A direção social que orienta este projeto de profissão tem como referência a relação orgânica com o projeto das classes subalternas, reafirmado pelo Código de Ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e pela legislação que regulamenta o exercício profissional. (MOTA, 2009, p. 10)

---

<sup>4</sup>A intensidade dessa movimentação cresceu na primeira metade da década e, em 1982, surgiu marco importante para a aproximação do embasamento teórico-metodológico do Serviço Social com a teoria social de Karl Marx: o lançamento da obra de Marilda Villela lamamoto e Raul de Carvalho, “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” (2009).

<sup>5</sup>O Movimento de Reconceituação (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p.16) confrontou diferentes tendências e correntes do Serviço Social e ficou marcado na história da profissão como o primeiro momento no qual o Serviço Social caminhou na direção da ruptura com o conservadorismo, postura inevitável, considerando que o surgimento da profissão foi intrinsecamente ligado aos interesses da classe burguesa, detentora do poderio econômico do sistema capitalista.

O Serviço Social é regulamentado pela Lei Federal número 8.662 de junho de 1993, que dispõe sobre o exercício profissional, definindo competências e atribuições privativas. É importante frisar que o Serviço Social é um trabalho:

Apreender o Serviço Social como trabalho significa considerar os elementos que integram o processo de trabalho dos Assistentes Sociais como partes indissociáveis, reconhecendo que o Assistente Social é um trabalhador que desenvolve um processo de trabalho: “o trabalho do Assistente Social na sociedade capitalista produz um valor de uso (o serviço oferecido ao usuário, aos grupos, à comunidade, às organizações e às instituições) e um valor de troca (preço pago por este serviço no mercado de trabalho)” (PRATES, 2003 apud FRAGA, 2010, p. 44).

O Código de Ética Profissional em vigor, aprovado em 1993 pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), delinea os princípios que devem conduzir a ação profissional, elegendo por valores centrais:

[...] a liberdade, comprometida com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos de qualquer natureza; a equidade e a justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e consolidação da cidadania como condição para a garantia de direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras; a defesa da democracia em todos os níveis; o compromisso com a competência e com a qualidade dos serviços prestados, o que supõe o aprimoramento intelectual, a formação acadêmica qualificada, a garantia do pluralismo; uma nova relação com os usuários e ainda articulação com outras categorias profissionais, em direção à construção de uma nova ordem social. (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p.25)

Além dos princípios e diretrizes fundamentais, o Código de Ética de 1993 também explicita os direitos e os deveres dos profissionais, no que se refere a sua interação com os colegas, com as instituições e com os usuários de seus serviços. Também elenca os impedimentos de ordem ética-legal do trabalho profissional, de modo que “os indiscutíveis avanços deste Código [...] expressam o acúmulo do debate profissional dos últimos vinte anos do Serviço Social brasileiro” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p.25).

O Assistente Social, em sintonia com os valores de seu Código de Ética, busca trabalhar na perspectiva dialética, pautando-se pela categoria da totalidade social, que o leva a desvendar o que permanece oculto por trás dos fatos imediatos. Segundo Pontes (1985, p. 182), apenas por meio do desvendamento das mediações presentes na cotidianidade se atinge uma intervenção profissional de qualidade, que

não se limita às demandas institucionais. A heterogeneidade de situações com as quais o Assistente Social se depara em seu cotidiano constitui:

[...] amplo campo de mediações sobre as quais o profissional atua e possui reais possibilidades de potencializar passagens cognitivas entre as várias dimensões em presença, podendo articular essas mediações potencializando forças em presença, em favor de um projeto de sociedade progressista e transformador de realidade, ou simplesmente manter-se alienado da trama destas complexas relações. (PONTES, 1995, p.182)

Apenas por meio de um trabalho profissional que tenha como referência constante as articulações de situações cotidianas aparentemente isoladas, com as mediações que propiciaram esse fenômeno na realidade social, é capaz de fazer emergir a visão da totalidade social. E esse entendimento é capaz de, em tese, embasar o profissional nos procedimentos técnico-operativos necessários, assim como pautar sua atuação em intervenções mais complexas em níveis de conscientização e organização dos usuários. Nesse sentido:

A ação assistencial ao nível do senso comum é compreendida pelas suas circunstâncias imediatas [...] entende-se que está em questão o conteúdo e a forma de prestação de serviços. Isto é, nas situações em que o Assistente Social é o intermediador direto do serviço, este reproduz a tutela: o assistencial. Com isto, considera-se que a ação só é profissional quando o aconselhamento, a reflexão e os conteúdos ideológico e educativo forem preponderantes. Hierarquiza-se a ação educativa frente ao serviço concreto. (SPOSATI, 1992, p. 56)

A profissão, com as conquistas expressas pela constituição de um novo referencial teórico-metodológico, deixou para trás, no que diz respeito à corrente teórica predominante, a herança conservadora que promovia intervenções de cunho moralizador, colocando para o próprio usuário a responsabilidade pela situação na qual se encontrava e imprimindo ao trabalho um direcionamento claramente comprometido com os interesses da classe dominante. Muito diferente dos princípios que norteiam a intervenção profissional atualmente, expressos anteriormente, que embasam uma atuação crítica, que prima por desvendar as mediações sociais que estão por trás das demandas imediatas, que aparecem no cotidiano, e, dessa forma, propor um trabalho que efetivamente contribua para o protagonismo e autonomia do usuário, o que, contraditoriamente, não significa que a profissão deixou de ter seu valor de uso para a classe dominante, pois não deixou de promover a reprodução social da classe trabalhadora, por meio da efetivação de direitos e acesso a bens sociais.

Consciente dessa contradição, o profissional traça estratégias que podem fortalecer interesses de uma ou de outra classe, de acordo com seu direcionamento político. O Serviço Social “participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 75). No entanto, a autora acrescenta que, historicamente, constata-se a “tendência predominante [...] o reforço dos mecanismos de poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 96).

A Lei nº. 8662/93, que regulamenta a profissão, determina quais as competências do Assistente Social e suas atribuições privativas. Além disso, o Código de Ética Profissional e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS para o Curso de Serviço Social constituem referências centrais do Projeto Ético-Político Profissional. Baseando-se nesses marcos normativos da profissão, Iamamoto (2008, p. 414) faz uma análise sobre os elementos contidos no Projeto Ético-Político, a condição assalariada do Assistente Social e sua relação com o exercício profissional, no momento atual. Segundo a autora, há um consenso de que a atividade desenvolvida pelo Assistente Social encontra-se inscrita no “[...] terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas” (IAMAMOTO, 2008, p. 418). Ou seja, a intervenção profissional é um trabalho concreto, com um valor de uso social, em que se buscam finalidades orientadas por conhecimento e princípios éticos.

Sendo o Assistente Social um trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente expresso na forma monetária [...] Em decorrência, o caráter social desse trabalho assume uma dupla dimensão: a) enquanto trabalho útil atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências sociais e humanas, b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato, - mero coágulo de tempo de trabalho social médio – possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social. (IAMAMOTO, 2008, p. 420-421)

No cotidiano profissional, o Assistente Social experimenta as tensões de um trabalhador, sendo controlado e submetido ao empregador e às demandas provenientes dos usuários dos serviços. Iamamoto (2008, p. 416) enfatiza que a ação do Assistente Social é mediada por determinações históricas, que não dependem do seu trabalho, o que acaba cerceando a efetivação do Projeto Ético-Político da profissão na intervenção profissional cotidiana. Ao analisarmos a intervenção dos Assistentes Sociais, há que se considerar a dimensão política desta prática, que não é revelada de imediato. Conforme a mesma autora, para revelar o significado social da prática profissional, há que se considerar o movimento das classes sociais e, ainda, as suas relações com o Estado e a sociedade, para que assim possamos desvelar “os fios que a articulam às estratégias políticas das classes, desvendar sua necessidade, os seus efeitos na vida social, assim como seus limites e possibilidades”(IAMAMOTO, 1997, p. 120).

Assim, para compreender a prática do Serviço Social, devemos inseri-la no conflituoso jogo das relações entre as classes sociais, e ainda incluí-la nos mecanismos de poder econômico, político e cultural, mantendo as particularidades do Serviço Social, enquanto uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. A profissão surge de um conflituoso e antagônico processo, em que sua intervenção possui um caráter social e, portanto, compromissado com a classe trabalhadora, mas também se encontra exposta às condições objetivas de trabalho da sociedade capitalista. Portanto, a ação profissional é polarizada por interesses de classe contraditórios, presentes na estrutura da sociedade, e não se pode eliminar esta dimensão de luta de interesses da prática profissional.

[...] os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do Assistente Social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos, assim como seus efeitos na reprodução das relações sociais [...] A condição assalariada [...] envolve necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza (IAMAMOTO, 2008, p. 215-218).

Portanto, a condição assalariada do Assistente Social impregna sua atuação profissional de correlações de forças que influenciam de forma determinante seu processo de trabalho, pois determina jornada, salário, controles, índices de produtividade e metas a serem alcançadas. Os empregadores também estabelecem

as funções de cada membro do trabalho coletivo e oferecem os recursos necessários às atividades. Todas essas variáveis impõem sérios limites à realização autônoma dos projetos profissionais.

## **1.1 O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS EMPRESAS CAPITALISTAS**

Por conta do caráter generalista de sua formação, o Assistente Social atua em diversos tipos de instituições, destacando-se às que integram as políticas sociais de assistência social, saúde e habitação. “Dessa multiplicidade de possibilidades de atuação advém também uma variedade de processos de trabalho, o que exige desse profissional um arsenal de conhecimentos variados” (FRAGA, 2010, p.8).

As empresas<sup>6</sup>, apesar de não serem tradicionais empregadoras de Assistentes Sociais (MOTA, 2010, p. 53) constituem um mercado de trabalho importante. Conforme Braz e Netto (2006, p.97), no contexto capitalista, o objetivo central das empresas é obter lucro. Os empresários que não se empenharem para atingir esse objetivo verão suas instituições encerrarem suas atividades no competitivo contexto capitalista. Importante observar que a fonte do lucro das empresas não está na mera diferença no preço de compra e venda de mercadorias, e sim no âmbito da produção. A mercadoria força de trabalho dos trabalhadores, adquirida pelo capitalista para realizar seu ciclo produtivo, tem a peculiaridade de criar valor, o qual é apropriado pelo dono do meio de produção. Ou seja, “é desse valor excedente (que se designa como mais-valia) que o capitalista se apropria [...] o salário representa sempre um montante de valor inferior ao produzido na jornada de trabalho” (BRAZ; NETTO, 2006, p. 101).

A relação de exploração descrita no parágrafo anterior sustenta o sistema capitalista de produção. Ressaltamos o quanto a força de trabalho é importante para o proprietário do meio de produção, considerando que é justamente dela que é extraído o valor essencial à taxa de lucratividade: “a força de trabalho em ação é a fonte de toda a riqueza social”, conforme pondera Iamamoto e Carvalho (2009,

---

<sup>6</sup>“Entende-se por empresa as organizações que desenvolvem atividades de cunho privado, público ou de economia mista que tem como intuito a oferta de bens e/ou serviços” (CAVALLI, 2010, p.1).

p.86). As outras mercadorias necessárias para a entrega do produto, ou seja, os meios de produção têm seu valor transferido para a mercadoria que está sendo produzida, não gerando novos valores: “[...] o fato da mercadoria força de trabalho constituir uma mercadoria especial. A peculiaridade da mercadoria força de trabalho precisa ser sublinhada para que se possa compreender o segredo da produção capitalista”. (BRAZ; NETTO, 2006, p.98). Outro aspecto importante pontuado pelo autor é a lei de acumulação capitalista (p. 137): a forma como esse modo de produção tende a polarizar, de um lado, uma classe social cada vez mais rica e, de outro, parcelas majoritárias da população em processo de pauperização intenso. Esse sistema econômico produz não apenas mercadorias e mais-valia, mas reforça a relação social capital/trabalho na medida em que se desenvolve o que permite sua própria reprodução. “A classe trabalhadora cria, pois, em antítese consigo mesma, os próprios meios de sua dominação, como condição de sua sobrevivência.” (IAMAMATO; CARVALHO, 2009, p. 47).

A prova cabal da vigência dessa lei geral da acumulação capitalista, para além das suas evidências factuais e empíricas, está no próprio debate sobre a chamada “questão social” engendrada pelo capitalismo. Surgindo na terceira década do século XIX, justamente quando a base urbano-industrial do capitalismo começava a se firmar e quando a acumulação dava seus primeiros passos consistentes, esse debate prossegue até os dias atuais, quando ideólogos a serviço da classe dominante e mesmo intelectuais desavisados se põem a mencionar uma pretensa “nova questão social” – como se houvesse uma “questão social” que não derive da lei geral de acumulação. *Ora, a “questão social” é determinada por essa lei.* (BRAZ; NETTO, 2006, p. 139) (grifo nosso)

A vulnerabilidade a que se expõe a classe proletária e a desigualdade reforçada continuamente pelo modo de produção capitalista, ocasiona expressões da questão social, que precisam ser geridas pela classe dominante para que permaneçam em níveis “aceitáveis” e não comprometam ou desestabilizem o sistema. Portanto, os serviços sociais “[...] Contribuem para manter um equilíbrio psicofísico do trabalhador, canalizando e antecipando a emergência de focos de tensão, que afetem a paz social necessária à potencialização do processo de exploração do trabalho”. (IAMAMATO; CARVALHO, 2009, p. 101):

O Serviço Social surge como parte do processo coletivo de trabalho nas empresas capitalistas a partir dos anos de 1960, embora algumas experiências tenham sido relacionadas nos anos de 1940 (MOTA, 2010, p.53). A primeira

iniciativa documentada ocorreu em 1941 e foi realizada pela Companhia Nacional de Estamparia, que detinha três fábricas na unidade de Sorocaba/SP:

O relato da primeira experiência em Serviço Social de empresa não diferirá muito das outras poucas experiências desse tipo no período [...] A etapa inicial consistiu na intervenção nos serviços exteriores à unidade de produção e junto às atividades ligadas à legislação do trabalho, atuando principalmente junto às mulheres e crianças: direção da creche, articulação dos serviços anexos, *ação educacional* (educação popular – formação moral, higiene, etc.), visitas domiciliares, articulação e “encaminhamentos para os serviços da comunidade e contatos com os movimentos de aperfeiçoamento moral e profissional”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p 193) (grifo do autor)

As determinações históricas daquele período, fase em que o crescimento econômico trazia consequências sociais importantes, fizeram emergir a necessidade de gerir a reprodução da força de trabalho, a mercadoria mais importante para a produção capitalista. O surgimento da profissão nesse tipo de instituição está relacionado “com o nível de eficiência, racionalidade e produtividade exigido pela modernização do capital no contexto mais geral do conflito de classes no processo da produção” (MOTA, 2010, p. 126).

A motivação primária da classe empresarial, ao contratar Assistentes Sociais, é destacar um profissional especializado, para gerir a reprodução de sua força de trabalho, intervindo no universo de situações sociais que os trabalhadores apresentam e no modo como se comportam no contexto empresarial, fatores que necessariamente causariam algum impacto nas taxas de produtividade. Fica evidente o caráter contraditório das empresas: precisam explorar a força de trabalho dos funcionários para obter lucro e, simultaneamente, procuram oferecer melhores condições para que os trabalhadores possam suportar essa demanda e continuar produzindo, cada vez em maiores taxas. Desse aparente paradoxo, na verdade, a instituição obtém dois resultados positivos com apenas um investimento: tanto promove a reprodução social de sua força de trabalho, como se favorece pelo aparente significado de “ação humanitária” (MOTA, 2010, p. 56) de intervenções essenciais à produção. Há também a constatação de que a demanda social apresentada pelos funcionários poderia ser amenizada por meio de uma política salarial que efetivamente proporcionasse a reprodução social da classe trabalhadora. No entanto, o trabalhador acaba requisitando a ação do Assistente Social na empresa, “[...] ao não ter suas necessidades satisfeitas pela remuneração salarial, exerce pressão sobre a empresa no sentido de que suas necessidades

sejam atendidas como uma imposição para reproduzir sua força de trabalho” (MOTA, 2010, p. 105).

Há uma explicação para as empresas capitalistas recorrerem a benefícios e políticas sociais para assegurar a reprodução da força de trabalho. Iamamoto e Carvalho (2009, p. 98) nos fornecem elementos importantes para compreender os interesses que sustentam essa prática, uma vez que bastaria o aumento dos níveis salariais para assegurar esse objetivo, já que o salário é o fator fundamental no que se refere à sobrevivência dos trabalhadores. No entanto, esse custo é dividido com toda a sociedade, por meio de tarifas tributárias, ao subsidiar políticas sociais que incidam sobre as condições de vida das classes subalternas. E mesmo quando entes privados, como empresas, promovam o fornecimento de benefícios, os quais também são chamados de salários indiretos, o objetivo é também reduzir custos, pois essa modalidade de pagamento gera redução de impostos ou são descontadas em parte dos próprios usuários. “Os serviços sociais tornam-se, portanto, um meio de reduzir os custos de reprodução da força de trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.100). A contribuição do Serviço Social está vinculada a criação de melhores condições para o ciclo produtivo:

Ao se pensar esse trabalho em empresas capitalistas, ele tem um efeito na sociedade do ponto de vista da produção de valores ou da riqueza social, ao ser parte de um trabalho coletivo. O Assistente Social não produz diretamente riqueza – valor e mais-valia -, mas é um profissional que é parte de um trabalhador coletivo, fruto de uma combinação de trabalhos especializados na produção, de uma divisão técnica do trabalho. É este trabalho cooperativo que, no seu conjunto, cria as condições necessárias para fazer crescer o capital investido naquela empresa. Caso essa especialização do trabalho não tivesse alguma função a desempenhar no processo de produção, na ótica dos interesses capitalistas, não seria contratada pelo empresariado. (IAMAMOTO, 2000, p.69-70)

As iniciativas pioneiras do Serviço Social nas empresas se atentaram para as principais demandas que surgiam, e que se tornaram tradicionais nesse tipo de instituição.

O atendimento individual (através da técnica de Serviço Social de casos e de visitas domiciliares, orientados para cuidar das dificuldades da vida do trabalhador), os encaminhamentos para os serviços de saúde e sua efetivação através de guias de internação, atendimento conjunto com o Instituto de Aposentadoria [...], exames laboratoriais, vacinas e consultas especializadas, assim como as providências facilitadoras dos impasses cotidianos dos operários (sepultamentos, nascimentos e outras emergências) tornam-se o objeto da prática dos assistentes sociais no primeiro momento. (KARSCH, 1998, P.39)

As intervenções se relacionavam em essencialmente resolver pendências do cotidiano dos trabalhadores, atuando de forma a resolver problemas imediatos e intervindo na maneira como os funcionários davam significado a experiência que vivenciavam, reforçando a importância de comportamentos coerentes com os objetivos empresariais. Conforme sintetiza Iamamoto e Carvalho:

Nas primeiras experiências em Serviço Social de empresa, os Assistentes Sociais atuarão, em geral, na racionalização dos serviços assistenciais ou na sua implantação, assim como em atividades de cooperativismo, ajuda mútua e organização de lazeres educativos. Paralelamente, interferirão crescentemente nos encaminhamentos necessários à obtenção dos benefícios da legislação social junto aos órgãos de Previdência. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 196)

É preciso destacar que a utilidade do trabalho do Assistente Social na empresa capitalista, desde o surgimento dessa demanda para a profissão, não fica restrita a intervenções em situações sociais específicas ou conflitos e tensões pontuais do cotidiano institucional. “O Assistente Social é, neste sentido, um intelectual que contribui, [...] na criação de consensos na sociedade. [...] Porém aí não se esgota a análise do produto do trabalho desenvolvido pelo Assistente Social.” (IAMAMOTO, 2000, p.69). Fazem parte do rol de atribuições dos profissionais, contribuições que promovam a disseminação de normas de conduta e de vida que interessem à classe dominante. O interesse é efetivar mais uma forma de controle sobre o proletariado, além das medidas coercitivas levadas a efeito pelo Estado ou pelas próprias instituições privadas. Procura-se influenciar a vida privada do trabalhador, disseminando posturas que visem interceptar qualquer iniciativa de organização de classe ou questionamento do sistema econômico. O Serviço Social é mobilizado “como uma das tecnologias colocadas a serviço da reprodução da força de trabalho, do controle social e da difusão da ideologia dominante para a classe trabalhadora”, sintetiza Iamamoto e Carvalho (2009, p. 120).

Os Assistentes Sociais também lidam com gerenciamento de tensões e conflitos, tanto entre funcionários, como entre eles e cargos de níveis hierarquicamente superiores, sempre na perspectiva de amenizar ocorrências que pudessem interferir no processo de produção, mesmo que indiretamente. “[...] Para o trabalhador, a presença do Assistente Social nas empresas é prioritariamente marcada pelos programas de orientação social. Isto é, pelo controle.” (MOTA, 2010, p. 120).

No entanto, o trabalho do Assistente Social no setor empresarial atende tanto aos interesses de seus empregadores, quanto aos dos trabalhadores e suas famílias, ao ter como objeto de seu trabalho as suas necessidades básicas (AMARAL; CÉSAR, 2009, p. 03). Da mesma forma que os serviços sociais, que são operacionalizados pelos Assistentes Sociais, são úteis à classe capitalista, também são aos trabalhadores, para os quais “tais serviços são complementares na sua reprodução física, intelectual e espiritual e de sua família, já que a base de sua sobrevivência depende da venda de sua força de trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 102).

Um exemplo de como a atuação dos Assistentes Sociais no contexto das empresas contempla interesses contraditórios é fornecido por Karsch (1998, p.43). Ao descrever a implementação do setor de Serviço Social numa empresa da área industrial, na década de 1960, a autora narra que uma das ações dos profissionais consistia em acompanhar os funcionários em afastamento por licença para tratamento de saúde, tipo de absenteísmo que estava crescendo em incidência de forma significativa. No entanto, o interesse da empresa era de alguma forma tentar reduzir o custo dos primeiros quinze dias de ausência de cada funcionário, os quais a lei lhe obrigava a custear. Indiretamente, a retirada de um membro do trabalho coletivo também gerava custos. Esse exemplo demonstra claramente que o interesse da empresa no bem-estar dos trabalhadores está sempre vinculado a alguma questão relacionada a custos e produtividade.

Cavalli considera que:

No setor empresarial, assim como em qualquer campo de trabalho profissional, encontramos um espaço contraditório, tendo em vista que o Assistente Social é chamado pelas empresas para dar subsídios de forma que o funcionário tenha disposição e saúde suficientes para que possa produzir mais e com mais qualidade. É pautada neste princípio que a empresa se preocupa com o social [...] Podemos destacar como as mais comuns atividades do profissional no setor empresarial, papéis como avaliar o clima organizacional, melhorar as condições de trabalho para que haja integração dos trabalhadores às exigências do processo produtivo, eliminar as tensões sociais entre empregado e empregador, contribuindo para reduzir o absenteísmo, trabalhar na viabilização de benefícios sociais, atuar em relações humanas na esfera do trabalho. (CAVALLI, 2012, p. 11)

As empresas têm o interesse de intervir junto às expressões da questão social que incidem em seus trabalhadores, assim como dar um tratamento específico para eventuais comportamentos que não contribuam para o processo

produtivo ou o prejudiquem diretamente. “A empresa, enquanto representação institucional do capital, passa a requisitar o Assistente Social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família” (MOTA, 2010, p.30).

## 1.2 AS NOVAS DEMANDAS DO SERVIÇO SOCIAL EMPRESARIAL

No final do século XX, ocorreram mudanças no mundo do trabalho que rebateram no modo como o Serviço Social se inseria no contexto empresarial. Após um período de aproximadamente trinta anos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo apresentou uma fase longa de expansão da economia nos países centrais desse sistema econômico. A partir da segunda metade da década de 1970, as taxas de lucro entraram em declínio, o qual foi causado por uma crise<sup>7</sup> que surgiu por desequilíbrios nos preços do petróleo no mercado internacional e por questões relacionadas à desvinculação da moeda americana ao ouro.

Entre 1974-1975, eclodiu uma recessão generalizada que iniciou a configuração de um ciclo recessivo, o qual levou a uma necessidade urgente de restauração das taxas de lucro das empresas. Havia também no contexto social, fatores de ordem sócio-política relevantes, principalmente o fortalecimento do movimento sindical e mudanças culturais de cunho questionador de costumes e instituições. Assim, o capital entrou em processo de restauração, o qual Braz e Netto (2006, p. 214) afirmam ser sustentado por “uma estratégia articulada sobre um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal”.

Estas mudanças – seja em termos de ajustes, seja em termos de reestruturação industrial – determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalho [...] realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando à construção de outra cultura do trabalho [...] amparados no neoliberalismo, no pragmatismo econômico e no progresso técnico como motor da reestruturação produtiva. O neoliberalismo, como ideário econômico e político, expresso nos princípios da economia de mercado, na regulação estatal mínima e formação de uma cultura que deriva liberdade política de liberdade econômica. O pragmatismo econômico, expresso na

---

<sup>7</sup>Importante ressaltar que as chamadas crises são indispensáveis ao sistema capitalista, por constituírem momento nos quais o capital se reorganiza para continuar seu processo de acumulação em novas bases, iniciando novo ciclo econômico (BRAZ; NETTO, 2006, p. 157).

subordinação dos processos sociais às necessidades de reestruturação (ajustes e reformas), neutralizando, na prática, as questões que dizem respeito aos projetos sociais. O progresso técnico como depositário “asséptico” da nova ordem do trabalho. (MOTA, 2000, p.29)

Progressivamente, impulsionado por esse conjunto de ideias, o Estado passa a intervir cada vez menos no campo social, que passa a ser seu principal alvo para redução de gastos e enxugamentos da máquina estatal. A intervenção mínima no plano econômico também é valorizada, deixando para o mercado a tarefa de regulação nesse plano, tendo o Estado apenas o propósito de assegurar condições para que o processo de acumulação se desenvolva. O desenvolvimento das tecnologias permitiu que as empresas passassem a competir em nível planetário, disseminando mundialmente o ideário neoliberal (CAVALLI, 2010, p. 4).

As mudanças ocorridas na esfera da produção, elaboradas de acordo com o projeto de restauração do capital, constituem medidas abarcadas pelo processo de reestruturação produtiva. Braz e Netto (2006, p. 212) explicam que foi a partir dos anos de 1970 que se processou uma transição do modo de produção fordista/taylorista, baseado na produção em série, para o modelo toyotista, que valoriza processos de trabalhos terceirizados e flexíveis:

[...]o objetivo é reduzir os custos empresariais, acelerar a mobilidade/flexibilidade do trabalho [...] eliminar a rigidez da atividade sindical e das regulações trabalhistas e possibilitar, então, o propugnado ajuste de preços relativos. Para tal finalidade, procurando no imediato a redução do tempo e custos de produção, o capital precisa reestruturar, particularmente no ocidente, a atividade produtiva, “importando” da terra do “sol nascente” processos e princípios do chamado “modelo japonês”. Precisa-se flexibilizar (ou “toyotizar”) a produção fordista. (MATTOSO, 1995 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Essas mudanças ocorreram com o intuito de restaurar as taxas de lucro das empresas capitalistas, numa fase na qual o capital procurava reorganizar suas bases para continuar seu processo de acumulação e vieram acompanhadas de medidas de redução de custos e aumento da produtividade que também acarretaram prejuízos aos trabalhadores, resultando, principalmente, em precarização das condições de trabalho.

Á base dessa flexibilidade [...] opera-se a reestruturação produtiva [...] em processos de trabalho diferentes daqueles próprios à acumulação rígida, a organização taylorista-fordista é reciclada – o controle da força de trabalho pelo capital recorre a formas diversas daquelas do despotismo fabril, apelando à “participação” e ao “envolvimento” dos trabalhadores, valorizando a “comunicação” [...] O capital emprenha-se em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores: utiliza-se o discurso de que a empresa é sua “casa” e que eles devem vincular o seu êxito pessoal ao

êxito da empresa; não por acaso, os capitalistas já não se referem a eles como “operários” ou “empregados” – agora, são “colaboradores”, “cooperadores”, “associados”, etc. (BRAZ; NETTO, 2006, p. 217).

Influenciadas por essas mudanças, as empresas tem adotado estratégias diferentes para gestão de seus recursos humanos. Há uma presença cada vez mais marcante de trabalhadores terceirizados, o que, além de diminuir o custo da mão-de-obra, também contribui para minar a organização da classe operária. Cada vez mais, o trabalhador vem sendo cobrado por uma maior qualificação e uma polivalência que permita realizar inúmeras funções no contexto produtivo, além de um envolvimento cego às motivações da empresa (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 201) de forma que se comprometam com seus resultados, os relacionando a seu próprio sucesso, discurso que é reforçado pela tese de que a viabilidade dos empregos depende diretamente do faturamento e da sobrevivência da empresa empregadora no competitivo mercado. Desse modo, haveria “uma identidade de interesses entre trabalhadores e organizações empresariais e comerciais” (MOTA, 2010, p. 14).

Em suma, estamos afirmando que, as estratégias utilizadas pelo grande capital, para redefinir socialmente o processo de produção de mercadorias, a rigor, evidenciam as reais necessidades do processo de reestruturação produtiva: a integração passiva dos trabalhadores à nova ordem social, isto é, a adesão e o consentimento do trabalhador às exigências da produção capitalista. Levados a efeito pela grande empresa, estes mecanismos determinam um elenco de situações que afetam as esferas do trabalho, da produção, da cultura, da vida privada, das práticas do Estado e da sociedade civil e com os quais, defronta-se, na atualidade, o profissional de Serviço Social (MOTA; AMARAL, 2000, p. 39).

Essa nova abordagem na esfera de produção tem implicações específicas no modo de intervenção do Serviço Social empresarial, embora influencie também o trabalho de toda a categoria profissional (MOTA; AMARAL 2000, p. 37), considerando o porte das transformações que são produzidas.

Percebe-se uma tendência de redução do número de profissionais de Serviço Social nos quadros das corporações, configurando mais uma consequência importante das alterações efetuadas na esfera produtiva (SERRA, 2010 apud GIAMPAOLI, 2013, p. 268). Karsch (1998, p. 51) afirma que o Serviço Social realiza nas empresas um papel de suporte e, em períodos de redução de custos, pode correr o risco de ver suas atividades ameaçadas por não serem essenciais ao ciclo produtivo. Giampaoli (2013, p. 269) alerta que por se caracterizar como atividade-meio no processo de trabalho empresarial, por não ser considerado como atividade-

fim da corporação, o Serviço Social pode sofrer processos de terceirização nessas instituições, o que implica em precarização das condições de trabalho.

Outra mudança importante é que o Assistente Social vem sendo chamado a intervir em diversas áreas dentro da empresa, não mais apenas no contexto meramente assistencial, o qual incluía a lógica de apenas “resolver problemas dos empregados”.

Conforme Iamamoto:

[...] mantém-se a área de assistência social, ao mesmo tempo em que cresce a atuação do Serviço Social na área dos recursos humanos, na esfera da assessoria gerencial e na criação dos comportamentos produtivos favoráveis para a força de trabalho, também denominado de “clima social”. (IAMAMOTO, 2000, p. 47)

Vê-se, também, que a área de recursos humanos das empresas passa a absorver a atuação dos assistentes sociais:

Uma ilustração do redimensionamento do trabalho dos assistentes sociais pode ser obtida no âmbito empresarial. A sistematização das visitas efetuadas pela Comissão de Fiscalização do CRESS 7ª Região, no ano de 1998, em 128 empresas e 281 assistentes sociais entrevistadas, representa um precioso acervo de dados sobre as condições e relações de trabalho vividas por parte dos profissionais. [...] Em 52% dessas unidades, o Serviço Social não ocupa um lugar específico na estrutura organizacional, estando 40,7% dos profissionais subordinados à área de recursos humanos, 13,3% a de benefícios, 10,7% à área de saúde e 7,3% a administração (IAMAMOTO, 2002, p. 62)

As empresas exigem o envolvimento dos profissionais em projetos e programas de cunho mais abrangente, que tenham a pretensão de influenciar o clima organizacional e produzir valores que são coerentes com a lógica capitalista. Assim, não basta ao profissional intervir pontualmente em expressões da questão social, aliviando tensões e solucionando problemas. O modelo toyotista de produção pretende cooptar a colaboração dos funcionários por meio de outro tipo de pressões, buscando sua adesão ativa, de modo que, por meio de seu consentimento, haja uma parceria com a empresa, que, conseqüentemente eleva seus índices de produtividade. E o Serviço Social tem sido um dos recursos acionados para obter esse clima de participação:

Ampliam-se as demandas ao nível da atuação nos círculos de controle de qualidade – CCQs -, das equipes interprofissionais, dos programas de qualidade total, todos voltados ao controle de qualidade, ao estímulo de uma maior aproximação da gerência aos trabalhadores do chão da fábrica,

valorizando um discurso de chamamento à participação. Verifica-se uma sensível mudança nas formas de pagamento, centrado em premiações e em sistemas meritocráticos de incentivos (IAMAMOTO, 2000, p. 47)

Amaral e Cesar (2009, p.11-14) destacam algumas ações que vem sendo requisitadas ao profissional de Serviço Social de empresas, ressaltando que as demandas tradicionais, relacionadas a aspectos sociais específicos, que interferem na produtividade dos funcionários, continuam sendo alvo de seu trabalho. O Assistente Social passa a participar de “programas de treinamento e desenvolvimento”, que se relacionam a necessidade produtiva de extrema qualificação e polivalência de tarefas, “programas participativos”, que visam a estimulação da participação dos trabalhadores na busca do objetivo central de obter a satisfação total dos clientes da corporação, “programas de qualidade de vida”, os quais promovem hábitos saudáveis que contribuam para que o bem-estar dos funcionários e “programas de clima ou ambiência organizacional”, nos quais o trabalho do Assistente Social visa a pesquisa de fatores ambientais que estejam impactando a produtividade, o que muitas vezes é feito por meio da aplicação de questionários específicos.

A área de recursos humanos possibilita um leque muito amplo de ação para o Assistente Social, que também vem se inserindo em novas alternativas de atuação como a área assessoria a empresas e projetos de responsabilidade social, que compõem uma estratégia que cresceu a partir da década de 1990 e visa o investimento em ações sociais pontuais e fragmentadas com a finalidade de obter publicidade, crescimento de vendas e maiores taxas de lucro (CAVALLI, 2010, p. 08-09).

Nas modernas corporações coexistem as modernas e tradicionais formas de intervenção dos Assistentes Sociais, que vem sendo chamados a se apropriarem de conhecimentos alinhados aos novos modelos de gestão de trabalho, que apesar do cunho generalista de sua formação, muitas vezes o afastam dos conteúdos com os quais tem maior familiaridade, pois pertencem a outras áreas do conhecimento (AMARAL; CESAR, 2009, p.17). Trata-se de mais uma faceta das mudanças efetuadas pela reestruturação produtiva: exige-se dos trabalhadores que efetuem diversas funções, mas com o mesmo salário e jornada de trabalho. O Assistente Social também é atingido por essa tendência de extinção de trabalhadores

especializados, “sendo solicitado a exercer múltiplas tarefas, até então não necessariamente envolvidas em suas tradicionais atribuições” (IAMAMOTO, 2000, p. 32).

Os profissionais passam a atuar em projetos mais amplos, de caráter interdisciplinar, não apenas de natureza executiva, mas situados nos níveis de assessoria e consultoria interna, planejamento, coordenação e representação. E frequentemente tendem a não reconhecer seus objetos de trabalho e as funções exercidas como matéria e atribuições do assistente social, resvalando para um discurso desprofissionalizante, que pode desdobrar-se em um esvaziamento da reflexão profissional e uma crise de identidade quanto à profissão (IAMAMOTO, 2002, p.63)

O profissional é constantemente requisitado a atuar em novos tipos de projetos, porém, a proximidade com as contradições e expressões sociais do modo capitalista de produção, faz com que muitos Assistentes Sociais atuem de forma crítica no contexto empresarial, ao se depararem com:

[...] o aprofundamento da exploração, pela intensificação das pressões do trabalho, o crescimento da competitividade e rivalidade que dividem o coletivo dos trabalhadores, a conversão da participação do trabalhador num meio de cooptação política e apropriação do seu conhecimento, a manipulação dos programas sociais como forma de angariar subsídios e incentivos fiscais ou como estratégias de promoção e marketing social. Portanto, considerando esse potencial crítico e a relativa autonomia teórica, ética, política e técnica do assistente social, é possível direcionar o exercício profissional para os interesses fundamentais dos trabalhadores, em contraposição aos interesses de lucratividade e rentabilidade dos empresários no circuito da reestruturação capitalista, trabalhando o campo de mediações presentes na ordem burguesa, necessário à identificação de estratégias de ação que se articulem ao projeto ético-político da profissão (AMARAL; CESAR, 2009, p. 18).

Iamamoto (2000, p. 63) afirma que, embora regulamentado como uma profissão liberal, o Serviço Social não se realiza como tal, pois depende da instituição empregadora para realizar seu trabalho, pois ela lhe proporciona os meios para intervir, as condições de trabalho, os recursos que estarão disponíveis. Assim, o Assistente Social é também um trabalhador assalariado e precisa responder as demandas colocadas por seu empregador. No entanto,

[...] neste nível de reflexão, só restaria concluir que o Serviço Social, por uma determinação mecânica, estaria fadado a servir ao capital, já que sua presença na empresa não é uma aspiração do trabalhador e sim uma inovação do capital. Esta conclusão impediria, na verdade, a eclosão de qualquer movimento que postulasse a ruptura de identidade entre objetivos profissionais e objetivos do capital [...] Contudo se entendermos que as classes sociais existem numa relação contraditória, tal conclusão precisaria ser alterada desde que a mediação do Serviço Social também é plasmada contraditoriamente, podendo servir ora ao capital, ora ao trabalhador, dependendo das condições objetivas e das opções políticas de seus agentes. (MOTA, 2010, p. 32)

A profissão tem características que favorecem a possibilidade de se avançar para alternativas de trabalho que extrapolem as demandas meramente apresentadas pelas instituições empregadoras. Uma das principais é o contato direto e estreito que o Assistente Social tem como o usuário do serviço, o qual pode ser aproveitado para alargar a autonomia sobre a própria intervenção, conforme ensina Iamamoto e Carvalho (2009, p. 80).

Portanto, o profissional de Serviço Social que atua em empresas capitalistas, pode direcionar sua atuação de forma rigorosamente restrita às demandas impostas por seu empregador, atuando assim de forma conservadora.

A partir dessa perspectiva, as situações conflituosas e as desigualdades passam a ser vistas como “desvios” a serem contornados e controlados institucionalmente, segundo parâmetros técnicos [...] Segundo essa visão, os fatores tidos como problemáticos são deslocados da estrutura social para os próprios indivíduos e grupos considerados como responsáveis pela sua ocorrência. Conseqüentemente, o que *deve ser mudado são os hábitos, atitudes e comportamentos dos indivíduos, tendo em vista seu ajustamento social, contribuindo assim, para remover “obstáculos” ao “crescimento econômico”*.(IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 117) (grifo nosso)

No entanto, esforçando-se para, de forma criativa, buscar proporcionar aos trabalhadores reflexões importantes, informações essenciais e acesso a bens, direitos e benefícios, por meio de uma opção política coerente com o projeto ético político da profissão, o Assistente Social pode efetivamente atuar promovendo autonomia e liberdade, embora com os limites impostos pelo contexto em que está inserido, que não pode ser menosprezado.

O Serviço Social historicamente vem interferindo nos processos relacionados com a reprodução social, desenvolvendo sua ação profissional em situações sociais de restrição/violação de direitos que afetam a qualidade de vida da população em geral [...] As políticas sociais são a mediação fundamental para esta intervenção [...] o trabalho do Assistente Social pode produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais e culturais de seus usuários, em seu acesso a direitos e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens, em seus comportamentos, valores, seu modo de viver e de pensar, suas formas de luta e organização, suas práticas de resistência. (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p.07)

Nessa direção, Iamamoto (2002, p. 63-64) recomenda aos profissionais do setor empresarial, que pretendam desenvolver um trabalho coerente ao projeto ético-político da profissão, que fortaleçam o aspecto investigativo de seu cotidiano profissional. Por meio da sistematização de informações relevantes, pode-se

vislumbrar com mais facilidade alternativas de ação comprometidas com as necessidades e demandas dos usuários dos serviços.

O Assistente Social se insere nesse terreno, operacionalizando a demanda empresarial de acordo com o posicionamento ético-político de cada profissional, tendo em vista que:

Seu trabalho situa-se predominantemente no campo político-ideológico: o profissional é requerido para exercer funções de controle social e de reprodução da ideologia dominante junto aos segmentos subalternos, sendo seu campo de trabalho atravessado por tensões e interesses de classes. A possibilidade de redirecionar o sentido de suas ações para rumos sociais distintos daqueles esperados por seus empregadores [...] deriva do próprio caráter contraditório da sociedade burguesa [...] Daí o caráter político do Assistente Social (IAMAMOTO, 2000, p.99).

Mota (2010, p. 110) concorda com o posicionamento de que é possível avançar para intervenções que efetivamente estejam de acordo com os interesses dos usuários dos serviços, sem cair na postura “mecanicista” descrita por Iamamoto e Carvalho (2009, p. 74), na qual o trabalho do Serviço Social estaria estritamente vinculado ao interesse da classe dominante, restringindo sua atuação como um instrumento desses atores sociais. Mota (2010, p.110) coloca a possibilidade de um trabalho comprometido com os interesses e expectativas dos usuários, com a condição de que o Assistente Social conscientemente opte pelo projeto político da classe operária, adotando uma postura política em seu trabalho, na perspectiva de fornecer “elementos de reflexão que lhe permitam sobrepor, às ideologias do senso comum, o bom senso, na construção de um projeto político comum de classe” (MOTA, 2010, p. 148).

## 2. HISTÓRIA DO PORTO DE SANTOS

Em 1531, Brás Cubas (1507-1592), explorador português integrante da expedição de Martim Afonso de Souza, chegou ao Brasil e organizou as bases do primeiro povoado que daria origem à cidade de Santos. Foi dele<sup>8</sup> a ideia de fixar o primeiro atracadouro de embarcações na atual localização, em águas protegidas, provavelmente motivado pelo grande número de ataques de piratas que ocorriam naquela época, em meados do século XVI (MENDES, 2014).

Nas imediações do porto rústico, aos poucos foi se expandindo o povoado inicialmente constituído. Desde os primórdios, Porto e cidade de Santos tiveram suas trajetórias intrinsecamente vinculadas. Por mais de três séculos e meio, o modesto atracadouro se manteve nas mesmas proporções, com a operação se baseando em pouca mecanização e muito trabalho físico, utilizando pontes de madeira fincadas em terrenos lodosos, sem grandes investimentos por parte dos colonizadores portugueses.

Em 1808, o príncipe regente D. João, recém-chegado de Portugal com a Família Real, decretou a abertura dos portos no Brasil. Com essa iniciativa, os produtos exportados ou importados não mais precisariam passar pela alfândega portuguesa, o que viria a ser considerado como o primeiro passo para a independência do país (PACIEVITCH, 2014). No entanto, décadas ainda se passaram sem que nenhuma iniciativa fosse tomada para intensificar a movimentação portuária no Brasil, dada a falta de recursos dos colonizadores e o ainda inexpressivo movimento comercial marítimo em terras brasileiras.

Alguns anos depois da Declaração da Independência do Brasil, em 1828, o governo imperial já permitia que empresários nacionais ou estrangeiros atuassem em obras de infraestrutura. Já em 1869, um decreto-lei veio a completar a legislação anterior e autorizou expressamente o governo brasileiro a contratar particulares para construir, nos diferentes portos brasileiros, docas e armazéns de carga, descarga e conservação de mercadorias, o que impulsionou as iniciativas nessa área. Essa

---

<sup>8</sup>Também por iniciativa de Brás Cubas, em 1543, fundou-se o primeiro hospital da região, a Santa Casa de Misericórdia, a qual foi o marco inicial de sua povoação (MENDES, 2014).

iniciativa foi também influenciada pela inauguração, em 1867, da estrada de ferro São Paulo Railway, que ligava Santos as lavouras cafeeiras da região de Jundiaí. Era preciso escoar a produção e o porto teria papel fundamental nesse cenário (MENDES, 2014).

Após concorrência pública iniciada dois anos antes, a qual envolveu seis competidores, somente no ano de 1888 um grupo de investidores privados<sup>9</sup> liderados pelos brasileiros Cândido Gafré e Eduardo Palacin Guinle conseguiu a devida concessão<sup>10</sup> para construir e explorar o Porto de Santos por trinta e nove anos. Surgia, nesse momento, a Companhia Docas de Santos - CDS (MENDES, 2014).

Muitas dificuldades tiveram que ser superadas para a entrega do primeiro trecho de cais. Doenças atacavam os trabalhadores por conta de condições sanitárias precárias. Epidemias de febre amarela e varíola vitimavam milhares de pessoas. Segundo informações disponíveis no site oficial do município (SANTOS, 2014), milhares de operários faleceram durante a construção, entre 1889 e 1892. Na última década do século XIX, houve mais de vinte duas mil mortes de munícipes, considerando uma população total no município de cerca de cinquenta mil pessoas. Para enfrentar tamanha adversidade, a Companhia Docas de Santos precisou intervir em toda a estrutura sanitária da região, pressionando também as autoridades para que investissem em saneamento básico. O município de Santos, que havia oficialmente sido elevado à categoria de cidade em 1839, ainda não contava com água e esgoto canalizados naquela época e a construção do cais possibilitou a drenagem das águas contaminadas.

Em 1890, o Governo Imperial, satisfeito com o andamento das obras, dilatou o prazo do contrato de concessão do grupo de investidores do cais santista para noventa anos. Segundo dados oficiais (Companhia Docas do Estado de São Paulo, 2014), alguns anos depois, em 02 de fevereiro de 1892, a recém-constituída

---

<sup>9</sup>Um fato importante de ser ressaltado é o de que todos os empresários que faziam parte do grupo vencedor eram brasileiros, que investiram capital privado e nacional. Além disso, para a construção inicial, contrataram-se trabalhadores locais e apenas alguns equipamentos tiveram que ser adquiridos em outros países, por não serem fabricados no Brasil (MENDES, 2014).

<sup>10</sup>O contrato foi celebrado através do decreto 9.979, de 12 de julho 1888.

Companhia Docas de Santos – CDS inaugurou os primeiros duzentos e sessenta metros de cais, na área que até hoje tem a denominação de Valongo. Naquele dia, atracava o navio de bandeira inglesa “Nasmith” e a data se tornaria histórica, pois entrava em operação o primeiro porto organizado<sup>11</sup> do Brasil. No primeiro ano de sua trajetória, foram movimentadas cento e vinte cinco mil toneladas de mercadorias, marca muito expressiva para a época (CODESP, 2014).

**Figura 1-Navio Nasmith atracando no primeiro trecho de cais.**



Fonte: banco de imagens do site da CODESP.

As primeiras iniciativas de drenagem das águas, que se acumulavam no solo da cidade, culminaram, alguns anos mais tarde, com a construção dos canais, que até hoje são uma das marcas de Santos e foram construídos pelo engenheiro carioca Saturnino de Brito (1864-1929). Segundo Banat (2014), o povoado que posteriormente se tornou a cidade de Santos, até o início do século XX, se desenvolveu em áreas próximas ao primeiro trecho de cais. Os terrenos, muito úmidos, não favoreciam a expansão territorial e ainda ocasionavam condições

---

<sup>11</sup>Porto Organizado: o construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, da movimentação de passageiros ou da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária; A área do Porto Organizado é compreendida pelas instalações portuárias, quais sejam ancoradouros, docas, cais, pontes e píeres de atracação e acostagem, terrenos, armazéns, edificações e vias de circulação interna, bem como pela infraestrutura de proteção e acesso aquaviário ao porto tais como guias-correntes, quebra-mares, eclusas, canais, bacias de evolução e áreas de fundeio que devam ser mantidas pela Administração do Porto (Redação dada pela Lei nº11.314 de 2006).

propícias para o alastramento de inúmeras doenças. Dessa forma, o projeto elaborado por Saturnino de Brito, concluído em 1907, contemplava inicialmente seis canais que cruzavam a cidade. Essa obra de infraestrutura foi um divisor de águas para o município, pois teve impacto decisivo na extinção das epidemias e na possibilidade de ocupação de outras áreas, propiciando a separação e canalização do esgoto e da água pluvial. Importante ressaltar que a iniciativa foi decisivamente impulsionada pelo Porto de Santos, pois um dos objetivos da obra de Saturnino foi dar condições para que a produção do café brasileiro fosse escoada com sucesso pelo cais santista. Segundo Banat (2014) o governo do Estado de São Paulo participou da construção das obras de saneamento. Para tanto:

O projeto de saneamento escolhido propunha o sistema reparador absoluto, com a separação do esgoto, das águas da chuva e esgotamento dos despejos pelo sistema de estações elevatórias, sendo os dos morros recolhidos por um canal de contorno. [...] A entrega festiva de 2.030 metros de canal de drenagem, iniciada com o canal um, realizada em 27 de agosto de 1907, foi um acontecimento cuja finalidade, mais do que inaugurar uma obra pública, era celebrar uma nova etapa da vida urbana. A empresa Cit. off Santos colocou luz elétrica no trecho inaugurado. Havia motivos para se comemorar, as epidemias tinham sido declaradas extintas e os canais constituíam uma garantia de que elas não voltariam. A história da cidade de Santos pode ser dividida em duas etapas, antes e depois do saneamento. (BANAT, 2014)

Em 1909, o Porto de Santos já contava com quase cinco quilômetros de cais e, segundo Mendes (2014), vivia o auge do seu ciclo de exportação de café. Naquele ano, essa mercadoria respondeu por noventa e cinco por cento da movimentação portuária, totalizando quase oitocentas mil toneladas.

Entre o final do século XIX e o início do XX, a cidade de Santos apresentava quadros críticos na área sanitária e urbanística. Esse quadro foi agravado com o aumento da população e pelos numerosos cortiços, pela precária situação de saneamento devido à insuficiência de água e esgoto na cidade, pela duvidosa vigilância sobre os navios vindos de portos infectados e também pelo descaso de autoridades. O governo foi pressionado a reagir a esses problemas, não por razões humanitárias, mas econômicas, pois o comércio de exportação de café estava sob ameaça caso o porto da cidade não se tornasse um lugar seguro. A partir da virada do século XX surgiram projetos para uma melhoria na estrutura da cidade. Destacam-se entre eles a organização do porto [...] e a construção dos canais de Santos. (BANAT, 2014)

Durante o século XX, a expansão portuária viveu alguns ciclos de desenvolvimento e períodos de maior estagnação, principalmente durante as duas Grandes Guerras Mundiais. No início dos anos de 1930, ocorreu a determinação da

Ilha Barnabé com área específica para a operação de produtos inflamáveis e explosivos. Nas décadas de 1950 e 1960, com o incremento da movimentação de produtos derivados de petróleo e impulsionado pela construção de refinarias da Petrobrás na região, o que propiciou dobrar a movimentação portuária (MENDES, 2014).

Ainda segundo Mendes (2014), outra fase decisiva do Porto de Santos ocorreu nos anos 1980, com a chegada dos contêineres<sup>12</sup>, que viriam a mudar a paisagem portuária. Terminais, veículos de transporte e locais de armazenamento teriam que se adaptar a esse novo modelo de transporte de mercadorias, que se disseminava em todo o mundo e catapultava os índices de produtividade para outros patamares, por conta da facilidade logística que proporcionava.

### **Figura 2 – Canal do estuário do Porto de Santos**



Fonte: banco de imagens do site da CODESP. Foto tirada em 24/07/2012.

A força da atividade portuária alavancou a economia da cidade ao longo de todo o século XX. Atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e da Prefeitura de Santos, a cidade conta com cerca quatrocentos e vinte mil habitantes e com o décimo sétimo PIB do país, superando algumas capitais, totalizando mais de trinta e um bilhões de reais por ano. Segundo o PNUD

---

<sup>12</sup>Caixa metálica apropriada para transporte de mercadorias e com medidas padronizadas para facilitar sua operação em diferentes portos.

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Santos ocupa a sexta posição dentre as cidades brasileiras em IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

## **2.1 O SURGIMENTO DA COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP**

Em 08 de novembro de 1980 ocorreu o fim da concessão da Companhia Docas de Santos, momento histórico que marcou o início de um novo momento para a comunidade portuária. Todo o patrimônio e administração da antiga CDS passaram para a recém-criada Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, uma Sociedade de Economia Mista<sup>13</sup>, com noventa e oito por cento das ações pertencentes ao Governo Federal, que até março de 1990 permaneceria sobre o controle de outra empresa estatal, a extinta Portobrás. Desde então, a CODESP passou a ser vinculada diretamente ao Ministério dos Transportes. Durante o Governo Lula, no ano de 2007, foi criada a Secretaria Especial de Portos - SEP, órgão com viés ministerial, ao qual atualmente está vinculada a CODESP e as outras seis Companhias Docas do Brasil, empresas que administram um total de dezoito portos (CODESP, 2014).

Ao término da concessão, em 1980, a então Companhia Docas de Santos deixou um total de doze quilômetros de cais e um quadro de funcionários com mais treze mil pessoas. A partir de 1993, esse número de trabalhadores começou a cair drasticamente, não apenas pelas inovações tecnológicas, mas, principalmente, pelos impactos do então novo marco regulatório da atividade portuária brasileira: a Lei Federal 8.630 de 1993. Essa legislação, dentre outras inovações, estabeleceu a privatização completa dos terminais portuários por meio de regime de arrendamento. Desde então, coube a CODESP se concentrar em atividades de gerenciamento e fiscalização das operações portuárias, sobre as quais cobra taxas, que formam sua principal forma de receita. Além disso, a empresa recebe recursos do orçamento

---

<sup>13</sup>Empresa de economia mista ou, mais precisamente, sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado na qual há colaboração entre o Estado e a iniciativa privada, ambos reunindo recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico.

federal para investimentos em infraestrutura portuária, buscando o melhor uso possível dos terrenos da União sob sua administração, tendo em vista a produtividade e o respeito ao meio-ambiente (CODESP, 2014).

Recentemente, a presidenta Dilma Rousseff sancionou um novo marco legal dos portos: a Lei Federal nº. 12.815 de 2013. Com relação à CODESP, a nova legislação portuária, que revogou integralmente a antiga Lei dos Portos (Lei Federal 8.630, de 1993), provocou algumas alterações em suas atribuições, pois algumas tarefas passaram a ser executadas diretamente pela Secretaria Especial de Portos ou pela ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, como a dragagem do canal portuário e a realização de licitações para arrendamentos de instalações portuárias. A CODESP continuou responsável pela fiscalização e cobrança de tarifas dos terminais privativos, realizada de acordo com a taxa de movimentação de cargas e estipulada em tabela oficial, que se baseia em critérios técnicos (CODESP, 2014).

A empresa conta atualmente com cerca de mil e quinhentos funcionários, divididos em quatro categorias principais: auxiliar de operação portuária, que são responsáveis pela atracação de navios; técnicos portuários que realizam, principalmente, trabalhos administrativos e rotinas burocráticas, além de serviços técnicos ligados a manutenção de instalações e fiscalização de atividades portuárias; especialistas portuários, técnicos de nível superior como engenheiros, economistas, contadores, etc.; e guardas portuários, que atuam na área de segurança das instalações (CODESP, 2014).

Uma peculiaridade interessante sobre a empresa é o fato do Porto de Santos ser o único do Brasil que conta com a sua própria usina de energia elétrica, que fornece eletricidade para todo o seu sistema, inclusive para os navios atracados, e ainda gera um excedente que é comercializado com a concessionária local do serviço. A antiga fazenda, onde se situa a Usina de Itatinga, foi adquirida pela Companhia Docas de Santos em 1903. As operações da usina se iniciaram três anos depois e, até os dias atuais, a maior parte da energia elétrica do porto provém desse equipamento, que opera por meio da vazão de água do Rio Itatinga e é administrado pela CODESP. Em torno da usina, foi criada uma vila, dentro do

município de Bertioga, onde atualmente residem algumas famílias dos trabalhadores, que optaram por morar no local (CODESP, 2014).

Outro departamento importante da empresa é a Guarda Portuária - GPORT, maior corporação do gênero do país, com cerca de quatrocentos funcionários, que há cem anos<sup>14</sup> promove a segurança dos usuários do porto, suas instalações internas, zelando pelo patrimônio da CODESP, o meio-ambiente portuário e controlando o acesso de pessoas e mercadorias às faixas de cais. De acordo com a legislação específica - Portaria 121, da Secretaria Especial de Portos, de 13 de maio de 2009 - compete às Guardas Portuárias a vigilância e segurança do Porto Organizado, visando à manutenção da ordem e a prevenção de ilícitos e cooperando com as autoridades que atuam na área portuária: Polícia Federal, Receita Federal, etc<sup>15</sup>.

Atualmente, o Porto de Santos forma o maior complexo do gênero da América Latina, contando com cerca de sessenta terminais privados, distribuídos em cerca de treze quilômetros de cais, que movimentaram em 2013, segundo o site oficial da empresa, uma quantidade de quase sessenta milhões de toneladas de mercadorias. Pelo Porto de Santos passam anualmente quase um quarto dos produtos movimentados na balança comercial brasileira, sendo que suas principais cargas são o açúcar, a soja, cargas containerizadas, café, milho, trigo, sal, polpa cítrica, suco de laranja, papel, automóveis, álcool e outros graneis líquidos<sup>16</sup>.

Em 02 de fevereiro de 2014, o então presidente da CODESP<sup>17</sup>, Sr. Renato Barco, em entrevista ao Jornal da Orla, Santos/SP, na data em que o porto completava cento e vinte e dois anos, relacionou quais, em seu entendimento, são os principais desafios da CODESP para os próximos anos. Dentre eles, o executivo

---

<sup>14</sup>Em 19 de novembro de 2013, a Câmara Municipal de Santos realizou sessão solene em homenagem aos cem anos de Guarda Portuária do Porto de Santos.

<sup>15</sup>Dados retirados do informativo mensal da CODESP, edição número 37, de novembro de 2013.

<sup>16</sup>Informações que constam no informativo mensal da CODESP, edição número 34, de agosto de 2013.

<sup>17</sup>O Ministro da Secretaria de Portos (SEP), Antônio Henrique Silveira, empossou em 25 de abril de 2014, o engenheiro Angelino Caputo e Oliveira como novo diretor-presidente da CODESP. A posse aconteceu no auditório da empresa, em Santos.

destacou o problema dos acessos aos terminais, que vem causando inúmeros congestionamentos de veículos na região da Baixada Santista, a manutenção do calado<sup>18</sup> do canal de estuário de forma apropriada ao recebimento de grandes embarcações, e a conclusão das avenidas perimetrais, grandes projetos de infraestrutura portuária. Ainda segundo Barco (2014), a empresa está “colaborando com o Governo Federal para que o sistema portuário seja planejado integradamente, a fim de aprimorar a logística de escoamento da produção brasileira”.

**Figura 3 - sede da CODESP, em Santos/SP**



Fonte: banco de imagens do site da CODESP.

---

<sup>18</sup>Profundidade entre a superfície e o fundo do mar, em determinada região. No Porto de Santos gira em torno de treze metros.

### **3. A INVESTIGAÇÃO COM OS ASSISTENTES SOCIAIS DA CODESP**

Neste capítulo, será abordada a pesquisa de campo realizada na Companhia Docas do Estado de São Paulo com as Assistentes Sociais da empresa, assim como a pesquisa bibliográfica sobre o surgimento do departamento de Serviço Social da CODESP e análise dos resultados obtidos.

#### **3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para o levantamento das informações sobre a empresa que constitui o universo desta pesquisa, foi necessária uma pesquisa documental e bibliográfica. Para compreensão do processo de construção e desenvolvimento do departamento de Serviço Social da CODESP contamos com os depoimentos de sujeitos que fizeram e fazem parte dessa trajetória.

Para contemplar o objetivo proposto pela pesquisa, foi utilizado o método da pesquisa qualitativa que compreende questões particulares em um nível de realidade que não pode ser quantificado (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2012).

##### **A pesquisa qualitativa**

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2012, p. 21)

A técnica de pesquisa aplicada foi a entrevista, pois é uma “técnica de coleta de informações [...] diretamente solicitada aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado [...]. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2007, p. 124).

As entrevistas foram realizadas na modalidade não-diretiva, seguindo um Roteiro para entrevistas não-diretiva (anexo 1) a qual permite que os sujeitos da

pesquisa abordem todos os fatos, argumentos e opiniões que acreditem serem necessários. Os depoimentos foram gravados e a pesquisadora tomou notas durante as conversas, de modo que os dados puderam ser adequadamente analisados e interpretados.

Entrevistas Não-Diretivas. Por meio delas, colhem-se informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre. O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente. De preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimentos suas representações. (SEVERINO, 2007, p.125)

Quanto aos sujeitos da pesquisa, foram entrevistados três Assistentes Sociais que trabalham ou já fizeram parte do quadro de funcionários da empresa, de modo que se abranja o maior período de tempo possível, considerando o surgimento do setor no contexto institucional. A primeira é uma profissional com uma história de muitos anos de dedicação ao Serviço Social da CODESP, que se aposentou no ano de 1999 e reside em Santos/SP até os dias de hoje. A segunda é uma profissional que já trabalhou no Serviço Social da empresa durante doze anos, permaneceu um período trabalhando em outro setor e acaba de retomar suas atividades na função de assistente social na empresa. Já a terceira, é uma assistente social que, neste ano de 2014, completará quarenta anos de empresa, sendo que é uma das mais antigas funcionárias do quadro atual de trabalhadores. Tratam-se, como se pode constatar, de pessoas que conhecem a CODESP e a profissão, podendo dar depoimentos valiosos para que possamos observar a construção e o desenvolvimento das ações do Serviço Social na Companhia Docas do Estado de São Paulo.

As entrevistas ocorreram, portanto, na sede da CODESP, situada no bairro do Macuco, em Santos/SP. Foram agendadas para o horário no qual os profissionais estejam disponíveis em seu local de trabalho. A exceção foi a entrevistada já aposentada, que foi abordada em sua residência, após prévio agendamento por telefone, que se situa no bairro do Gonzaga, também em Santos/SP. As entrevistas só ocorreram após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 2).

É importante ressaltar que para a realização deste estudo foi obtida a devida autorização da direção da Companhia Docas do Estado de São Paulo<sup>19</sup>. Em contato com os Assistentes Sociais da empresa também foi obtido o consentimento na participação do estudo. Essa pesquisa foi inserida na Plataforma Brasil e devidamente autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP (anexo 4).

### **3.2 O SERVIÇO SOCIAL DA CODESP**

O departamento de Serviço Social da Companhia Docas do Estado de São Paulo foi estruturado no ano de 1958, segundo histórico relatado por um dos dois primeiros Assistentes Sociais contratados, em obra de sua autoria “Serviço Social e Espiritismo: A nossa prática profissional á luz do Espiritismo.” Ressaltamos que, o Sr. Alípio Tavares Labão seria um dos Assistentes Sociais entrevistados neste trabalho, porém ele está atualmente impossibilitado de conceder entrevistas por conta de sua condição de saúde. Coube a nós consultar sua obra que é a única fonte documentada que narra o surgimento do Serviço Social na CODESP. Em momento algum abordaremos a relação proposta pelo autor em sua obra, entre Serviço Social e Espiritismo. Assim, nos limitaremos a aproveitar somente os relatos de sua atuação profissional no contexto da CODESP.

Em 09 de junho de 1950, o médico do trabalho, Dr. Edgar do Passo Boa Ventura, de acordo com o registro da ata de reunião da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, foi quem inicialmente sugeriu a criação do setor. É interessante a linha de argumentação utilizada pelo profissional para justificar a contratação de assistentes sociais pela CODESP:

Nem sempre é possível ao médico descobrir uma enfermidade num operário que solicita uma transferência por motivo de saúde, quando, inúmeras vezes, não é a doença o motivo real da transferência, mas dificuldades outras que só o Serviço Social pode descobrir, visto que o empregado pode não estar adaptado às suas funções, por um motivo doméstico, um desajustamento econômico ou qualquer outro que o Serviço

---

<sup>19</sup>O processo administrativo que deu origem a essa autorização foi iniciado em 01 de novembro de 2013, recebeu a numeração 59708/13-28 e obteve despacho favorável do Sr. Diretor Administrativo e Financeiro Alencar Costa, na data de 06 de dezembro de 2013 (anexo 3).

Social esclarecerá, trazendo ao conhecimento da administração .  
(VENTURA, 1950 apud LABÃO, 2004, p.66)

No entanto, a sugestão do Dr. Boa Ventura só foi atendida em 1958, por iniciativa do então chefe da Divisão de Pessoal da Companhia Docas de Santos, o engenheiro Levy Castex, que criou o Departamento de Assistência Social, integrado ao Departamento de Medicina Preventiva e Social - DMPS, com os seguintes princípios: bem estar do operário, mútua colaboração, aumento de produção e satisfação patronal. Portanto a criação do setor, na CODESP, antecedeu em quatro anos a criação dos Conselhos Federal e Regional de Assistentes Sociais, o que ocorreu em 1962. Naquela época ainda vigorava o primeiro Código de Ética da profissão, de 1948.

Os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentaram os Códigos de Ética Profissional, no Brasil, de 1948 a 1975. (nota: O primeiro Código, elaborado pela ABAS (Associação Brasileira de Assistentes Sociais), em 1948. A profissão é regulamentada em 1962, quando são criados os Conselhos Federal e Regionais de Assistentes Sociais (CFAS/CRAS). Com a reformulação do Código de Ética, em 1965, e sua aprovação no CFAS, ele passa a ter caráter legal, sofre modificações em 1975, permanecendo com a mesma orientação filosófica e metodológica. (BARROCO, 2001, p. 96).

Sob a égide desses pressupostos, o trabalho profissional do Serviço Social seguia a linha conservadora que “valoriza o passado, a tradição, a autoridade fundada na hierarquia e na ordem. Com isso, nega a razão, a democracia, a liberdade [...], enfim, todas as conquistas da época moderna” (BARROCO, 2001, p. 81).

No ano de 1958, foram admitidos os dois primeiros Assistentes Sociais da CODESP: Alípio Tavares Labão e Helena Coelho Caldeira. A ideia inicial do chefe Levy Castex foi direcionar o trabalho dos profissionais para o atendimento aos empregados doentes, seus familiares e “menores” aprendizes do setor de mecânica da CDS, a maioria filhos dos trabalhadores da empresa. Conforme Labão (2004) o cargo de chefe do Departamento de Assistência Social na empresa foi concedido a César de Almeida Garret. O mandatário era responsável pelas providências administrativas do setor, inclusive a organização de eventos esportivos e culturais para os trabalhadores. Já os Assistentes Sociais contratados a

[...] iniciaram suas atividades no atendimento individual dos empregados, no estudo e tratamento de casos relacionados [...], transferências,

readaptação, diversos desajustes no trabalho, demissão, aposentadoria, absenteísmo [...] melhoria profissional, pensão de alimentos, recebimento de auxílio (pós morte), problemas familiares. (LABÃO, 2004, p.68)

Além dos atendimentos individuais, os Assistentes Sociais organizaram outras atividades de cunho coletivo. O autor cita vários exemplos no decorrer de sua obra, dentre os quais, destacamos algumas iniciativas. Em outubro de 1960, uma intervenção foi iniciada com os adolescentes de quatorze a dezoito anos que compunham as oficinas de aprendizes do setor de mecânica da Companhia Docas de Santos. Para Labão (2004), diversos problemas de ordem disciplinar motivaram a iniciativa. Por meio de reuniões semanais com os adolescentes, os profissionais procuravam discutir assuntos que os interessavam, além de transmitir as normas e responsabilidades da instituição empregadora. Também eram organizadas atividades de lazer e recreação. O objetivo era promover o desenvolvimento de suas personalidades e prepará-los para a vida em grupo e em sociedade. Quando necessário, os familiares também eram atendidos, visitas domiciliares e encaminhamentos eram realizados. Durante o ano de 1961, trezentos e cinquenta e dois adolescentes foram entrevistados. O trabalho foi realizado durante onze anos.

Com relação a essa iniciativa, podemos argumentar que foi adotada a mesma direção política que vinha sendo adotada desde a década de 1940, pelas primeiras instituições de grande porte criadas pela classe dominante com objetivos específicos de qualificação de mão-de-obra, divulgação de conteúdos ideológicos e oferecimento de atividades sociais, inclusive para os integrantes do proletariado juvenil (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 259): o SENAI<sup>20</sup> (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o SESI (Serviço Social da Indústria)<sup>21</sup>. Ambas as instituições atuavam “como principal instrumento de atuação coletiva do empresariado – sob o comando de sua fração dominante, que é também sua principal beneficiária no processo de adequação da Força de Trabalho coletiva às necessidades da produção” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.255). A autora afirma que ambos se configuraram como empregadores de Assistentes Sociais e propunham práticas “relativas à tentativa de ajustamento físico e psicossocial da Força de Trabalho às

<sup>20</sup>Instituição criada por meio do decreto-lei nº 4048 de 22/2/42, que atribuía seu gerenciamento à Confederação Nacional das Indústrias (IAMAMOTO et. al., 2009, p. 253).

<sup>21</sup>Oficializado pelo decreto-lei nº 9.403 de 25/6/1946, também gerido pela mesma entidade de classe.

necessidades do aprofundamento do modo de produção (IAMOMOTO; CARVALHO, 2009, p. 267).

Dentre as outras atividades realizadas nas primeiras décadas do Serviço Social da Companhia Docas de Santos, estava a seleção de funcionários que seriam agraciados com bolsas de estudos de duas escolas especializadas em educação de crianças com deficiência e de instituições que ofereciam cursos regulares. Os Assistentes Sociais também atuavam na administração e concessão de outros benefícios da empresa, como ajudas de custo para fins escolares e vagas em creche conveniada para filhos de funcionárias. Outra atividade importante era o controle de funcionários que não estavam com a Carteira de Vacinação atualizada, o que gerava punição aos trabalhadores. Cabia ao Serviço Social proceder a verificação (LABÃO, 2004). Os benefícios fornecidos pelas empresas aos seus empregados, os quais também são chamados de salários indiretos, tem a função de reduzir despesas. O Serviço Social participa da operacionalização desses benefícios, devido à sua especificidade de contribuir para proporcionar melhores condições à produção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.100).

Durante a primeira década de funcionamento, o Serviço Social organizou curso de alfabetização, tendo início em 1967, ano no qual a empresa contava com quase quinhentos funcionários analfabetos. Além de aprenderem a ler e escrever, os trabalhadores participavam de atividades promovidas pelos Assistentes Sociais de Educação Moral e Cívica, que incluíam noções de higiene e segurança no trabalho, orientação e planejamento familiar, relacionamento entre pais e filhos e entre colegas e chefias, educação sexual e informações sobre drogas (LABÃO, 2004).

O projeto teve continuidade a partir de 1970, quando os funcionários alfabetizados foram encaminhados para cursos de Educação Supletiva que ocorriam nas dependências da empresa, durante o horário de trabalho. A quarta turma teve inscrições de oitenta e sete trabalhadores, que também recebiam durante as aulas, orientações sobre as normas e funcionamento da empresa, palestras de educação em saúde, importância da fé, planejamento familiar, prevenção de acidentes, educação sexual e noções de civilidade (LABÃO, 2004).

Os esforços em transmitir valores pautados na formação católica, além de direcionamentos que reforçavam posturas de disciplina, respeito á hierarquia e a ordem, mostram a coerência do Serviço Social da CDS daquela época com a ética conservadora, que continuava embasando o Código de Ética profissional em vigor, para o qual:

[...] a ação profissional tem por objetivo eliminar os “desajustes sociais” através de uma intervenção moralizadora de caráter individualizado e psicologizante; os “problemas sociais” são concebidos como um conjunto de “disfunções sociais”, julgadas moralmente segundo uma concepção de “normalidade” dada pelos valores cristãos. (BARROCO, 2001, p. 94)

Importante ressaltar o contexto político que o país vivia nessa época. A ditadura militar, implantada em 1964, também contribuía para o fortalecimento do conservadorismo (BARROCO, 2001, p. 111). Nesse período, a classe dominante se preocupava em afastar o risco da implantação de um regime comunista no Brasil e empenhava-se em promover valores que reforçavam a manutenção do sistema econômico e político então vigente.

[...] a coerção articula-se à busca de um consenso capaz de dar suporte ídeo-político ao projeto de reforma do Estado, o que, entre outros aspectos, se efetua através de um apelo às bases de fundamentação do modo de ser (ethos) conservador: a defesa da segurança nacional, tendo em vista a preservação da ordem em face do “perigo comunista” (BARROCO, 2001, p.111)

Surgem também mobilizações sociais que expressam apoio aos valores conservadores, como a “Marcha da família com Deus pela liberdade”. Por outro lado, muitas iniciativas de resistência e protesto ao regime militar são realizadas no país, sendo o ano de 1968 emblemático nesse sentido (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 272)

Exatamente a partir desse ano, com a criação do primeiro grupo de Alcoólicos Anônimos - AA da Baixada Santista, os Assistentes Sociais da CDS passaram a promover atividades coletivas, nas quais os trabalhadores eram encaminhados para esses grupos de mútua-ajuda. Os familiares, chefes e colegas de trabalho também participavam, de forma que também recebiam orientações sobre como lidar com colegas e subordinados com essa doença. Essa iniciativa foi desenvolvida até o ano de 1993, período em que a operação portuária foi privatizada e a CODESP teve o número de trabalhadores sensivelmente reduzido (LABÃO, 2004).

Outra atividade do Serviço Social foi um levantamento datado de 1974 sobre as causas que levavam os funcionários da Companhia Docas de Santos a se ausentarem do trabalho. A pesquisa analisou duzentos e doze trabalhadores e elencou alguns fatores que impactavam o fenômeno do absenteísmo: doenças, insatisfação profissional, estafa, motivo particular, perda da hora de trabalho, problemas familiares, inadaptação profissional, distância entre a residência e o local de trabalho. A abordagem também tinha, com relação aos empregados, o objetivo de:

Levá-los a conscientizar-se das consequências do fenômeno absentismo e suas variáveis. Levá-los a analisar as normas de trabalho existentes. Motivá-los a compreender a responsabilidade da empresa perante a sociedade. Incentivá-los para o tratamento médico-social, visando a sua reabilitação. Conscientizá-los da importância da vocação profissional. Ensiná-los a analisar as vantagens e desvantagens de cada categoria profissional. Levá-los a autoanálise visando traçar planos positivos para que possam atingir o binômio Família-Trabalho. Motivá-los a recorrer aos recursos da comunidade. (LABÃO, 2004, p. 95)

Em 1976, outra pesquisa foi realizada e teve a finalidade de identificar as principais causas de acidentes de trabalho. O Serviço Social fazia parte da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da empresa e, no período de um ano, entrevistou setenta e seis empregados que sofreram mais de três acidentes naquele período. Os resultados da pesquisa indicaram que a principal causa desses eventos estava relacionada à incidência de doenças mentais, inclusive alcoolismo e problemas emocionais. Nos dois anos seguintes, o estudo obteve os mesmos resultados, desta vez abordando cento e quinze funcionários (LABÃO, 2004).

A pesquisa sobre acidentes de trabalho tinha também a finalidade de levar o funcionário abordado a:

Conscientizar-se das consequências do fenômeno acidente e suas variáveis. Respeitar e aceitar as normas de segurança. Procurar e realizar o tratamento médico-social. Conscientizar-se da importância da vocação profissional. Especializar-se numa área profissional. Manter melhor relacionamento com seus superiores e colegas. Autoanálise visando sua participação positiva no trabalho e na família. Maior equilíbrio com relação aos compromissos econômicos. Conhecer e saber recorrer aos recursos da comunidade. Colaborar com seus superiores para sanar as condições inseguras que continuam presentes e que dependem do empregado. Solicitar do representante, na sua seção, da Comissão Interna de Prevenção a Acidentes (CIPA), para solucionar as condições inseguras, encaminhando para CIPA central, aquilo que não possa ser resolvido na área de seu trabalho. (LABÃO, 2004, p. 103)

Desde 1975, já estava em vigor o terceiro Código de Ética profissional brasileiro, o qual continuava baseando-se em valores conservadores. Por conta do contexto político, foi suprimida uma das postulações do Código anterior, que se referia ao respeito às posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem a atividade se destinava e à subordinação da prática profissional aos princípios da democracia. Dessa forma, há uma “hegemonia do tradicionalismo ético até 1986, o que não impede que esteja se construindo uma nova moralidade profissional na prática” (BARROCO, 2001, P.115).

As pesquisas citadas, realizadas nesse contexto de embasamento ético pautadas em valores positivistas, têm um direcionamento claro: “os conhecimentos dos Assistentes Sociais são usados para aperfeiçoar a administração: ajudam a eliminar os elementos que possam pôr em risco os fins desejados pela empresa e fornecem informações sobre tudo o que se refere aos mínimos pormenores do trabalho” (KARSCH, 1998, P. 51).

Os Assistentes Sociais da Companhia Docas de Santos, desde 1958 e até os dias atuais, atuaram como integrantes da equipe de medicina do trabalho, compondo equipes multidisciplinares. Ainda segundo Labão (2004), um dos dois primeiros Assistentes Sociais da empresa, que nela atuou até o ano de 1990, os princípios e diretrizes que norteavam a intervenção profissional nesse contexto se pautava em levar “o empregado a assumir sua posição de sujeito, a participar conscientemente do plano de tratamento e corresponder aos seus deveres profissionais” (LABÃO, 2004, p.104).

O profissional registrou as principais atribuições do Assistente Social da empresa, no que se refere ao trabalho realizado no departamento médico:

Ajudar o empregado a aceitar a realidade enfermidade e suas limitações bio-psico-sociais. Preparar o empregado e sua família para uma internação ou uma cirurgia. Dar assistência aos empregados sem família. Acompanhar o processo de adaptação dos empregados à realidade profissional. Reincorporar pessoas à vida social, familiar e profissional. Ajudar os familiares a desenvolverem novas atitudes e assumirem com responsabilidade o seu papel no processo de tratamento. Diminuir a ansiedade familiar quanto à nova situação de um de seus elementos. Informar sobre os recursos disponíveis em benefício da clientela. Dar condições à população para responder às suas próprias necessidades. Inserir os empregados e familiares num processo de capacitação social ao

mesmo tempo recolocá-los frente ao desenvolvimento social. (LABÃO, 2004, p. 104)

Em 1985<sup>22</sup>, Alípio Tavares Labão assumiu a chefia do Departamento de Treinamento e Assistência de Pessoal da CODESP, que tinha duas seções subordinadas: o Serviço Social, que contava com três assistentes sociais e o Serviço de Seleção e Treinamento. Naquele momento, a empresa contava com mais de onze mil funcionários, o que levou o então chefe a requerer o aumento no número de profissionais os quais orientava a imprimir uma linha de trabalho “terapêutica e educacional [...] considerando a complexidade de fatores que contribuem para um desajuste profissional ou familiar e que a decisão de mudança de atitude depende exclusivamente do homem”. (LABÃO, p.105). Destacamos esse posicionamento como uma expressão clara da fundamentação conservadora na qual o Serviço Social da CODESP detinha até aquele momento, colocando sob a responsabilidade única do empregado as providências necessárias para melhorias no cotidiano, e, dessa forma, naturalizando as circunstâncias sociais e institucionais vivenciadas pelos trabalhadores, as quais não eram questionadas.

Atualmente, trabalham na empresa quatro assistentes sociais que se encontram em atividade na Gerência de Relações Humanas e Treinamento - GFH, que faz parte da Diretoria de Administração e Finanças da CODESP.

O Serviço Social exerce suas atividades no contexto do Departamento Médico da empresa. Os funcionários são encaminhados aos Assistentes Sociais pelos Médicos do Trabalho e outros profissionais de saúde da equipe como: enfermeira do trabalho, fonoaudióloga, psicólogo e técnico de enfermagem, além da demanda espontânea e dos empregados que são encaminhados pelo departamento de pessoal da CODESP, por conta de alguma pendência de ordem trabalhista. No serviço de medicina do trabalho, são encaminhados ao Serviço Social, os

---

<sup>22</sup>Também em 1985, foi instituído um benefício importante que dependia da intervenção dos Assistentes Sociais para ser acessado: o seguro de vida em grupo. Em vigor até os dias atuais, dá cobertura aos empregados em atividade e aos aposentados por invalidez, diante de eventos como morte do titular ou seu cônjuge e sequelas advindas de acidentes de qualquer natureza produzindo invalidez total ou parcial. Cabe aos profissionais de Serviço Social acionar os familiares, reunir e encaminhar a documentação exigida para o pagamento dos valores pela seguradora. Desde a implementação desse benefício, as suas atividades inerentes compõem uma das rotinas do setor na empresa.

funcionários que retornam após períodos afastados por licenças para tratamento de saúde, os que sofreram algum tipo de acidente de trabalho, receberam restrições médicas para determinadas atividades ou apresentam alguma demanda social importante.

Não há documentos que descrevam à prática dos Assistentes Sociais publicados desde a obra de Labão (2004), que abrange até a década de 1980. A única forma de conhecermos o trabalho que foi desenvolvido nessa época foi a pesquisa de campo, descrita no sub capítulo seguinte.

### **3.3 INFORMAÇÕES COLETADAS COM AS PROFISSIONAIS**

As três profissionais entrevistadas chegaram à CODESP pelo mesmo acesso: concurso público para a função de escriturária. Após trabalharem alguns anos nessa função, em 1985, surgiu a oportunidade de, através de seleção interna, atuarem em sua área de formação acadêmica. E é exatamente a partir desse ano que avanços ocorrem quando uma nova chefia assumiu o Departamento de Treinamento e Assistência de Pessoal da empresa, promovendo novas contratações de Assistentes Sociais. Outra ação importantíssima que ocorreu nesse momento foi a reformulação da estrutura física do setor, para que cada profissional tivesse sua sala, assegurando o sigilo profissional.

Outro avanço impactante abordado pelas entrevistadas é a conquista do Seguro de Vida em grupo, em novembro de 1985, o qual vigora até os dias atuais e é operacionalizado pelo Serviço Social. Outro ganho significativo, em termos de condições objetivas de trabalho, que também foi conquistado nessa mesma época, é relacionado ao transporte para visitas domiciliares. Com uma demanda extensa de cerca de onze mil funcionários, essa ferramenta era algo de fundamental importância para facilitar o acesso dos Assistentes Sociais a compromissos que necessitassem do deslocamento do profissional. Foi solicitado ao diretor da empresa um transporte exclusivo para o Serviço Social, o que foi autorizado e promoveu ao serviço um dinamismo positivo.

No ano de 1993, com a Lei 8.630 conhecida como a Lei de Modernização dos Portos, a CODESP passa por uma grande transição em sua estrutura. A maioria de seus funcionários da parte operacional portuária são demitidos e vinculados ao OGMO - Órgão Gestor de Mão de Obra. A CODESP passa a atuar na fiscalização de operações e realização de obras de infraestrutura do Porto, como vimos no capítulo dois.

Essa transição acarreta perdas para o Serviço Social, no sentido de diminuição drástica da demanda atendida. No final dos anos de 1990 e início de 2000, alguns Assistentes Sociais se aposentam e duas profissionais pedem transferência para outros setores em outras funções. Restando apenas uma profissional de Serviço Social, que foi solicitada para atuar numa comissão que tinha como missão “humanizar o Porto” promovendo eventos esportivos e sociais para a cidade. Ainda alocada no Departamento Médico e realizando as mesmas atividades, surgiam novas demandas para Assistente Social 3, que afirma:

[...] as características do trabalho mudaram não só na companhia, mas de forma geral no ambiente nacional. Mas o fundamento continuou, o Assistente Social começou a fazer novas funções que a própria formação permite abranger, mas sem dispensar os serviços que já realizava. (Assistente Social 3).

Esse discurso está alinhado ao que observamos no capítulo um sobre os impactos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho, propondo através da nova lógica capitalista uma “identidade de interesses” (MOTA, 2010, p.14) entre a classe trabalhadora e os detentores dos meios de produção, que através do discurso de que o sucesso da empresa é o sucesso do “colaborador” já não mais denominado de “empregado”, articulando um ajustamento passivo dos trabalhadores a essa nova ordem. Isso promove rebatimentos específicos à intervenção do Serviço Social que é solicitado a promover o chamado “clima social” (IAMAMOTO, 2000, p.47), buscando incentivar comportamentos participativos e produtivos aos colaboradores e, conseqüentemente, elevando seus índices de produtividade.

Na década de 1980 e começo da década de 1990,

[...] as Assistentes Sociais contavam com uma supervisão semanal onde eram ouvidas e orientadas, trabalhando as divergências de maneira raciocinada procurando o melhor resultado para cada caso.” (Assistente Social 1).

Essa fala ilustra uma condição do serviço naquela época que contava com um supervisor que coordenava todas as atividades relacionadas ao Serviço Social. Atualmente outra entrevistada acredita que essa prática deveria voltar quando coloca que:

“[...] antigamente os Assistentes Sociais eram supervisionados por um Assistente Social supervisor, que ficava responsável por direcionar os outros Assistentes Sociais. Hoje em dia não existe mais essa supervisão, mas acredito que está prática deveria voltar a fazer parte do serviço, pois a gerente do setor fica distante [...]”. (Assistente Social 2).

As profissionais acreditam que a presença de um Assistente Social supervisor tende a dar uma maior coesão à equipe, em torno de objetivos comuns. A ausência dessa chefia intermediária nos dias atuais é prejudicial ao trabalho, tendo em vista que a gerente do serviço permanece em local distante fisicamente, o que dificulta o acompanhamento e andamento do trabalho.

Na questão de relacionamento da equipe nas décadas de 80 e 90 com outros profissionais, fica evidente o difícil relacionamento Médico do Trabalho e Assistente Social, apontado na fala de uma entrevistada:

“seu trabalho no Departamento Médico, consistia em atender os funcionários encaminhados pelos médicos. Os médicos que decidiam quem encaminhar ao Serviço Social.” (Assistente Social 1).

A ação do Assistente Social na CODESP é condicionada a uma submissão clara, a partir do momento que sua demanda chega, na maioria das vezes por encaminhamento médico, estando fadada a visão e decisão que esse profissional terá para encaminhar esse funcionário ou não ao Serviço Social.

“Alguns Médicos não queriam retorno do Serviço Social principalmente quando se tratava de casos de alcoolismo, mas eu insistia por acreditar que a palavra do médico tinha mais valor para o usuário do que a palavra do Assistente Social.” (Assistente Social 1).

Nessa fala fica clara que a hierarquia que era imposta pelos Médicos e aceita pelos profissionais de Serviço Social, ao se submeterem a uma prática que mantém sua própria atuação subordinada a de outro membro da equipe multiprofissional.

No entanto, quando havia maior necessidade por parte dos Médicos, esses buscavam o profissional de Serviço Social a fim de resolver algum caso onde a

medicina encontrava seus limites de atuação. Nessa explanação se reafirma essa relação:

“[...] em parte ele é bom, pois algumas vezes o relacionamento Médico versus Assistente Social era tenso, porém quando o médico percebia a necessidade do Assistente Social se reportava ao serviço sem maiores problemas.” (Assistente Social 3)

Essa relação de Médicos e Assistentes Sociais até os dias de hoje é permeada de tensões. Existe atualmente uma médica compromissada com a prática multidisciplinar, que com o tempo entendeu a importância do trabalho do Assistente Social, fazendo uma parceria positiva e promovendo o melhor serviço ao funcionário. Porém, ainda atualmente, existem outros dois Médicos descompromissados com essa prática, que insistem em não encaminhar o funcionário que compareceu ao setor para exames periódicos, o que causa prejuízo ao trabalho do Serviço Social. Já em casos de exames demissionais e retorno de funcionários de licenças para tratamento de saúde, o encaminhamento ao Serviço Social é obrigatório e esses Médicos do Trabalho se limitam a encaminhar ao Serviço Social apenas esses casos. Já os encaminhamentos de outros membros da equipe não são frequentes, o que demonstra uma grande dificuldade da equipe em atuar de forma integrada e causa prejuízo ao relacionamento entre seus membros.

Um fato unânime abordado pelas três entrevistadas é o de a CODESP ser uma empresa de economia mista e as indicações para os cargos de diretores, superintendentes e gerentes são feitas por critérios político-partidários, sendo que seus ocupantes mudam com certa frequência, gerando dificuldade de relação entre o Serviço Social e a chefia. Isso fica expresso na fala seguinte:

“era desgastante sempre estar reafirmando a que veio para cada nova chefia que chegava a companhia. Estar sempre lutando para manter o espaço conquistado, e quando conseguia finalmente conquistá-lo e tudo estava funcionando bem, trocava a chefia.” (Assistente Social 3)

Atualmente os Assistentes Sociais não possuem mais acesso direto aos ocupantes dos cargos de chefia dentro da empresa, ficando condicionados apenas a sua gerência que se encarrega de encaminhar os projetos e as solicitações do Serviço Social, de acordo com sua visão em determinar o que é prioridade ou não, tornando o caminho mais cada vez mais longo e um distanciamento maior, o que prejudica a ação do serviço e autonomia profissional. Um caso marcante, que

efetivamente correspondia a uma demanda dos trabalhadores ocorreu na década de 90, quando o Serviço Social propôs a diretoria um convênio com o INSS, com objetivo de facilitar o pagamento do empregado afastado, sendo que a empresa assumiria o pagamento do salário até que o benefício fosse aprovado e pago pelo INSS, o que costumava demorar quase dois meses, sendo que a autarquia federal acertaria o valor retroativo com a empresa posteriormente. Esse processo que ficou parado por anos sem resposta e aprovação, algo que continua acontecendo nos dias atuais, ressaltando na fala das entrevistadas a distância dos diretores da companhia, historicamente indicados por questões políticas, que muitas vezes não analisam projetos importantes por desconhecerem a operacionalização do trabalho cotidiano. A Assistente Social 3 também relatou ter projetos na área de saúde e qualidade de vida, tramitando há anos, sem uma resposta definitiva dos ocupantes dos cargos hierarquicamente superiores.

Como já vimos, é notório que o Serviço Social no âmbito empresarial é contratado por seu empregador para servir aos interesses do capital, promovendo condições de trabalho seguras para melhor extração de mais-valia. Quando solicitado algo que não impactará diretamente nessa questão, esse projeto é posto de lado, não sendo visto como algo importante. Essa queixa presente na fala das profissionais reflete que projetos que não ressaltem ganhos imediatos de produtividade e boa relação custo-benefício para a empresa, tendem a ser ignorados ou a tramitar por anos, sem obter autorização para implementação.

De 2000 a 2011 o Serviço Social da companhia funcionou apenas com o trabalho de uma única Assistente Social. A obstinação dessa profissional foi o que provavelmente fez com que o trabalho não fosse simplesmente extinto na empresa. Ela relata que ainda existem:

“dificuldades e limitações, pois o Serviço Social era um departamento, que passou a ser apenas um serviço atrelado a uma gerência, nesse sentido se perdendo um espaço de valorização.” (Assistente Social 3).

A entrevistada se emociona ao lembrar desses momentos em que lutou sozinha para que esse serviço que surgiu em 1958 não acabasse. Mesmo com todas as dificuldades que permearam os anos desse serviço, em 2011 após concurso público, a CODESP recebe um novo profissional de Serviço Social. No

entanto a profissional pondera que manter o número de Assistentes Sociais “será sempre um desafio”, o que remete ao conteúdo abordado no capítulo um: o Serviço Social não é essencialmente entendido como necessário ao processo de produção, sempre tendo que lidar com possibilidades de terceirização ou até extinção do setor.

Podemos perceber nas falas das entrevistadas a vontade de fazer um melhor serviço, construindo propostas que irão proporcionar bem estar ao funcionário da empresa, mas ao se deparar com os limites impostos, o profissional de Serviço Social se vê:

“de mãos atadas em algumas situações, mas sabe até onde pode chegar e acredita que o profissional deve fazer isso, sempre buscando o melhor para ambas as partes, não vendo só o lado do empregado, mas vendo também o lado da empresa.” (Assistente Social 2).

Destacamos nessa postura a característica conservadora de harmonizar interesses entre empresa e empregado, buscando amenizar o confronto de interesses de classe. Em outro trecho, destaca-se a expressão “mediar conflitos”, o que ocorre também na perspectiva de preservar as condições para melhor produtividade empresarial, não necessariamente fortalecendo os interesses da classe trabalhadora. Em outro momento, claramente se diz que:

“explicavam que a punição que o trabalhador estava tomando era por conta de sua conduta” (Assistente Social 3).

Vemos como o Serviço Social é continuamente acionado como uma maneira de exercer controle e dar ciência ao empregado sobre a necessidade de mudar posturas individuais.

Recentemente a CODESP solicitou a todos os seus funcionários que elaborassem protocolos de ações realizados pelos profissionais em cada procedimento dos serviços da empresa. O Serviço Social não ficou de fora, e vem construindo esse documento. A Assistente Social 2 diz:

“ter sido uma prática muito feliz, que organiza e facilita os procedimentos do trabalho. Deixou claro que as informações passadas nesse roteiro não ferem a ética e o sigilo profissional, sendo apenas declarado o procedimento básico de trabalho do assistente social.” (Assistente Social 2)

Através de uma leitura crítica, podem-se perceber os reais interesses da empresa por trás dessa solicitação que nada mais é do que uma maneira efetiva de

controlar o serviço realizado pelos profissionais, assegurando assim mais uma forma de persuadir o funcionário a fazer o seu serviço dentro das exigências de empresa.

Numa das falas das entrevistadas chamou a atenção o projeto Consultório Itinerante, que tem por objetivo passar noções sobre o tratamento de transtornos mentais, através de palestras e dinâmicas. O Assistente Social, uma vez por mês, vai aos vários setores da empresa passar esclarecimentos sobre o tema. O projeto surgiu após um levantamento que comprova que a maioria dos afastamentos prolongados do trabalho dos funcionários da empresa são causados por esse tipo de doença. Desde que o projeto teve início, a porcentagem de empregados afastados com transtornos mentais teve queda importante.

Para finalizar a análise das entrevistas vamos abordar a visão sobre a profissão das três profissionais. A Assistente Social 1, atualmente aposentada tem a percepção de que:

“sempre fui Assistente Social, acredito ser algo que está na gente, e em relação a tudo que acontece em minha volta me faz pensar com a visão de uma Assistente Social.” (Assistente Social 1).

Já a Assistente Social 2 que trabalha atualmente na CODESP e acaba de retornar ao setor depois de treze anos em outra função relata que:

“Exercer a profissão hoje é uma satisfação em poder ajudar, fornecer ao trabalhador informações que os fazem acessar direitos como o seguro pago pela empresa. Ser valorizada e reconhecida pelo seu trabalho na visão dos usuários que recebem esse benefício e se sentem felizes por saberem que a empresa ainda se preocupa com eles.” (Assistente Social 2).

Completando em 2014, quarenta anos de empresa, a Assistente Social 3 afirma que:

“[...] em muitas coisas o Assistente Social não é compreendido. Depois de muitos anos de formação, ainda hoje ela escuta e rebate que não faz assistência social, isso qualquer um faz, faço Serviço Social! Em plena era que estamos nós ainda somos taxadas como assistencialistas e nós não somos prestadoras de assistência. Acredita que talvez o título da nossa profissão ainda ajude a carregar essa imagem negativa. Nós não fazemos assistencialismo, nós temos um serviço estruturado, uma metodologia específica, nós prestamos muito mais do que assistência. É uma profissão muito bonita, que luta por seu espaço e reconhecimento que está vindo aos poucos.” (Assistente Social 3).

É importante ressaltar que as Assistentes Sociais entrevistadas se formaram na academia há muitos anos e em outro contexto histórico, onde o curso de Serviço

Social recebia contribuições da Igreja Católica e um embasamento teórico positivista. A atuação profissional dentro de qualquer instituição pode gerar uma ação cristalizada com o passar do tempo, na medida em que as contradições advindas do sistema capitalista se reproduzem internamente. Em muitos trechos das falas das entrevistadas, foi possível perceber certo distanciamento dos conteúdos mais atualizados da construção teórica da profissão, o que certamente tem consequências diretas no cotidiano profissional. No entanto, também ressaltamos o posicionamento das profissionais em valorizar e acreditar no Serviço Social e na contribuição que podem proporcionar aos trabalhadores no contexto institucional, abrindo assim um espaço legítimo de possibilidades para uma ação profissional pautada no projeto ético político apesar de todos os limites que enfrentam no cotidiano profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou observar a construção das ações e o desenvolvimento do Serviço Social na Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. Para tanto, foi necessário conhecer a história centenária do Porto de Santos, a qual se confunde com a da própria cidade. Foi também necessário compreender o contexto em que surgiu a empresa e o departamento de Serviço Social, relacionando com o contexto profissional e as mudanças no mundo do trabalho.

A análise da bibliografia, que forneceu o referencial teórico deste trabalho, nos ofertou um consistente entendimento da dimensão contraditória do trabalho dos Assistentes Sociais nas empresas, a qual é reforçada pelo aspecto já contraditório da profissão em si, quando inserida na divisão social e técnica do trabalho de uma sociedade capitalista.

Em seguida, por meio de dados bibliográficos e entrevistas com as profissionais, analisamos a trajetória da intervenção profissional ao longo da história e procuramos captar a percepção dos assistentes sociais da CODESP sobre seu trabalho profissional.

Todo esse material nos forneceu condições de compreender que o Serviço Social da CODESP surgiu de uma necessidade da empresa em obter um maior controle sobre a reprodução social de seus funcionários, conforme o subsídio teórico que a pesquisa bibliográfica nos indicou e expomos nos primeiros capítulos deste trabalho. Nas primeiras décadas, o trabalho dos Assistentes Sociais estava voltado para ações de cunho conservador, pautando-se expressamente no enquadramento moral da questão social e buscando soluções para os problemas imediatos dos funcionários, que poderiam interferir nos índices de produtividade.

Houve poucas modificações nas características do trabalho até o início dos anos de 1990, quando a empresa passou por uma profunda mudança estrutural, deixando de realizar a operação portuária, o que levou a uma redução drástica de funcionários.

Nesse período, o próprio Serviço Social consolidava um novo projeto ético-político para a profissão, que se comprometia com os valores da liberdade e justiça social, procurando deixar para trás posturas conservadoras, pautadas no enquadre moralizador da questão social e na absorção imediata dos interesses das classes dominantes na operacionalização do trabalho profissional.

No entanto, notamos que o Serviço Social da CODESP ainda não conseguiu concretizar essa transição e encontra muitas dificuldades para exercer o trabalho, apesar de ter obtido avanços importantes em termos de condições objetivas de trabalho. Dentre os principais desafios, citados pelas profissionais, destacamos os entraves causados por chefias nomeadas por indicações políticas, as quais não teriam compromisso com a empresa como um todo e não valorizariam as iniciativas dos Assistentes Sociais, não aprovando seus projetos. Existem também problemas relacionados a submissão da categoria ao poder de decisão dos Médicos do Trabalho, os quais detém o poder de encaminhar ou não grande parte dos funcionários, mantendo os Assistentes Sociais muitas vezes sem participação no trabalho multiprofissional desenvolvido no departamento médico da empresa, o que gera uma grande frustração para as profissionais. A gerência, que caracteriza a chefia imediata, atua de forma distante, não tomando providências que contribuam para mudanças no processo coletivo de trabalho que favoreçam o trabalho interdisciplinar.

Atualmente, as Assistentes Sociais vem procurando contornar as dificuldades, reconhecendo que a empresa fornece boas condições objetivas de trabalho. Salas refrigeradas e materiais de escritório, veículos disponíveis para visitas domiciliares estão à disposição. No cotidiano profissional, há muitos momentos em que é possível fortalecer os interesses dos trabalhadores, mas isto ocorre muito mais num contexto pontual, do que em decorrência de um planejamento envolvendo toda a equipe.

Os profissionais também atuam em ações de educação em saúde, gerenciamento de benefícios de seguro de vida em grupo, acompanhamento de funcionários em licença para tratamento de saúde. Todas elas são efetivamente oportunidades que as Assistentes Sociais procuram aproveitar para uma ação que vá ao encontro das demandas da classe trabalhadora, aproveitando o contato direto

e estreito que detém com os usuários dos serviços e focando a intervenção profissional em sua dimensão educativa.

É interessante ressaltar como os efeitos da reestruturação produtiva, descritos no capítulo dois deste trabalho, não pouparam a CODESP e se fizeram notar de forma significativa no trabalho dos Assistentes Sociais, que passaram a ser chamados a atuar em projetos de cunho mais amplo, que geralmente envolvem a disseminação de uma ideologia de colaboração e de identidade de interesses da empresa e de seus funcionários por meio de cursos e atividades desenvolvidas no centro de treinamento da empresa. Importante ressaltar que o acúmulo de funções ocasionado pelas mudanças no mundo do trabalho nas últimas décadas pode ter contribuído para essa situação, tendo em vista que faltaria às Assistentes Sociais tempo de reflexão sobre seu trabalho cotidiano. Além disso, são profissionais que obtiveram sua graduação antes da década de 1980, período em que o Serviço Social passou por modificações significativas de cunho teórico-metodológico. Percebe-se nas falas das Assistentes Sociais uma dificuldade em alinhar ações ao projeto ético político da profissão, ao qual não fizeram referência em suas falas. Isso pode indicar que seria necessária uma reflexão sobre o trabalho profissional, sob os valores que atualmente balizam a atuação dos Assistentes Sociais, os quais são fornecidos pelos marcos regulatórios da profissão. Destacamos também que a empresa em si não fornece as condições ideais para um trabalho alinhado com os teóricos de vanguarda do Serviço Social, levando em conta a ausência de trabalho interdisciplinar, o distanciamento da chefia imediata e dos níveis hierárquicos superiores, indicados por questões político-partidárias e sem conhecimento operacional sobre o trabalho do Assistente Social e incentivo para buscar uma qualificação mais atualizada. Acrescentamos que essas dificuldades são potencializadas ao considerarmos que as empresas já são previamente um local de trabalho contraditório e árduo para os profissionais. Portanto, não se trata de culpabilizar as profissionais, mas compreender as mediações que (re)produzem a realidade atual. Como vimos no capítulo um, o Assistente Social está vinculado a uma instituição empregadora e dela depende para obter o direcionamento de seu trabalho e as condições para concretizá-los.

No entanto, a construção de alianças entre as Assistentes Sociais e com outros profissionais de outros setores da empresa, além de um maior investimento no caráter investigativo da profissão, ao qual também não identificamos referências durante as entrevistas, poderia fornecer subsídios importantes para a construção de um novo momento para o Serviço Social da CODESP, que se aproxima do sexagésimo aniversário de sua implementação, em uma das empresas mais importantes da região da Baixada Santista.

Após este estudo, podemos afirmar que o Serviço Social da CODESP possui atualmente um espaço legítimo para a atuação profissional dos Assistentes Sociais. Mesmo com todas as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e a perda de um espaço de valorização, o serviço se manteve até os dias atuais. Mas esse espaço legítimo precisa ser constantemente conquistado e construído no cotidiano profissional, apesar das contradições postas na realidade, tornando-se assim um desafio permanente ao Serviço Social na empresa e aos profissionais que atuam nessas instituições.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Ângela Santana do; CÉSAR, Mônica de Jesus. **O trabalho dos assistentes sociais nas empresas capitalistas**. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BANAT, Ana Kanassa El. **Santos em 1908**. Disponível em: <<http://www.portogente.com.br/mardesonhos/1908.php>> Acesso em: 10 de fev. de 2014.

BARCO, Renato. **Por um porto sem transtornos**. Jornal da Orla, Santos/SP, nº 2.150, p. 8, 2. fev. 2014. Entrevista concedida a Marco Santana.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. São Paulo/SP: Cortez, 2001.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

CAVALLI, Michelle. **O Serviço Social no setor empresarial: possibilidades de enfrentamento da questão social**. Encontro de Iniciação Científica das Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo", Presidente Prudente, fev. 2010. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1830/1738>> Acesso em: 20 de fev. de 2014.

CODESP. **Resumo histórico**. Disponível em <<http://www.portodesantos.com.br/historia.php>> Acesso em: 30 de jan. de 2014.

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa do trabalho do assistente social**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº. 101, jan./mar. 2010.

GIAMPAOLI, Maria Cristina. **Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviço**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº. 114, abr. /jun. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço Social: Ensaios críticos**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade.** Atribuições privativas do assistente social. Brasília: CFESS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_ ; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 26 ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 2009.

KARSCH, Úrsula M. Simon. **O Serviço Social na era dos serviços.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LABÃO, Alípio Tavares. **Serviço Social e Espiritismo.** Santos/SP: Yangraf, 2004.

MENDES, Carlos Pimentel. **História do Porto de Santos.** Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/porto/portonm.htm>>. Acesso em: 30 de jan. de 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete da; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete da (Org.). **A nova fábrica de consensos.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista.** In: CFESS/ABEPSS (Org.) Serviço Social: Direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **O feitiço da ajuda.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PACIEVICH, Thais. **A abertura dos portos.** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/abertura-dos-portos>> Acesso em 10 de fev. de 2014

PONTES, Reinado Nobre. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo. Cortez. 1995

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado**: desafios frente às violações de direitos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 107, jul./set. 2011.

SANTOS. **Só sete canais**. Site oficial da Prefeitura Municipal. Santos/SP. Disponível em: <<http://www.santos.sp.gov.br/comunicacao/historia/setecanais.html>>. Acesso em 8 de abr. de 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular**: resgate metodológico do projeto profissional de ruptura. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. **O Serviço Social brasileiro em movimento**: fortalecendo a profissão da defesa de direitos. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº. 95, jul./set. 2008.

## **ANEXOS**

### **Anexo 1. Roteiro para entrevista não-diretiva**

#### **Roteiro para entrevista não-diretiva**

- Escolha da profissão;
- Chegada á CODESP;
- Primeiros anos (características do trabalho, principais atividades, implantação do Serviço Social, composição da equipe, limites e possibilidades);
- Momentos importantes de sua trajetória;
- Atividades e projetos desenvolvidos na empresa;
- Últimos anos (características do trabalho, principais atividades, limites e possibilidades);
- Relacionamento com outros membros da equipe do Serviço Social / Interdisciplinar;
- Autonomia profissional;
- Visão sobre a profissão;
- Principais mudanças do Serviço Social na CODESP.
- Avanços e desafios atuais;
- Caso ou situação memorável / marcante.

## Anexo 2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE



TCLE – Coordenador

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:**

Convidamos o (a) Sr. (a) a participar da Pesquisa “A trajetória do Serviço Social na Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP”, sob a responsabilidade da pesquisadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvia Maria Tagé Thomaz. A pesquisa pretende estudar como emergiu e desenvolveu-se o Serviço Social na CODESP desde as primeiras décadas de trabalho até os dias atuais.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de um depoimento oral (que será gravado) sobre sua experiência profissional na empresa.

Informamos que essa pesquisa não envolve nenhum tipo de risco para você.

Se aceitar participar, estará contribuindo para a compreensão dos processos de construção do Serviço Social na CODESP, oferecendo dados que contribuirão para pensarmos sobre a atuação do trabalho do assistente social na empresa.

Se depois de consentir em sua participação o Sr. (a) desistir de participar, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e divulgados, mas sua identidade não será exposta, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora principal, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvia Maria Tagé Thomaz, e com a pesquisadora estudante Carolinne Correa Veronezi, no endereço Rua Silva Jardim, 136 - Santos/SP - CEP: 11015-020, pelo telefone 13 3878-3700. Ou poderá entrar em

contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - Rua Botucatu, 537 - 1º andar –  
cj14 – fone: 5571- 1062 – fax: 5539- 7162. E-mail cpunifesp@unifesp.br.

### Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_,

Rg \_\_\_\_\_ fui informado (a) sobre o que a pesquisadora se propõe e porque precisa da minha colaboração. Entendi a explicação e, por isso, concordo em participar do projeto. Autorizo a gravação do meu depoimento e estou ciente de que não receberei valor algum por isso e que poderei desistir de participar da pesquisa quando quiser, em qualquer etapa do trabalho. Este documento é emitido em duas vias, que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do participante

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Pesquisador Responsável

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome e assinatura do Pesquisador ajudante

**Anexo 3. Carta de autorização da CODESP.**

**COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP**  
**AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS**

Santos, 11 de dezembro de 2013.

DF-ED/780.2013

Ilm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia Garcia Mira  
Departamento de Saúde, Educação e Sociedade da  
Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista  
Rua Silva Jardim, 133/136 – Vila Mathias  
CEP.: 11015-021  
Santos – SP

Prezada Senhora,

Em atenção ao ofício de V.<sup>a</sup> que diz respeito ao interesse da aluna **Carolinne Correa Veronezi** em fazer pesquisa sobre “*A implantação e o desenvolvimento do Serviço Social na Companhia Docas de Santos*”, informamos que nada temos a opor quanto à realização do trabalho em questão, bem como colocamos nossos profissionais da área à disposição para as necessárias entrevistas.

Assim, considerando o cronograma apresentado, pedimos que a aluna interessada entre em contato com a Assistente Social Rosângela de Melo Cardoso Marin, através do telefone 3202-6565 Ramal 2828, para os devidos agendamentos.

Atenciosamente,

Alencar Costa  
**Diretor de Administração e Finanças**

Exp. 59708/13-28

Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP – Av. Cons. Rodrigues Alves s/n.º - Santos/SP. CEP 11015-900  
Tel.: (0XX13)3202-6565 Fax: (0XX13)3202-6656  
<http://www.portodesantos.com.br>



## Anexo 4. Parecer Consubstanciado do CEP.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SÃO PAULO - UNIFESP/  
HOSPITAL SÃO PAULO



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A trajetória do Serviço Social na Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

**Pesquisador:** Silvia Maria Tagé Thomaz

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 38320214.7.0000.5505

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP/EPM

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 868.423

**Data da Relatoria:** 18/11/2014

#### Apresentação do Projeto:

O presente trabalho intitulado "A trajetória do Serviço Social na Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP?" tem como objetivo compreender como o Serviço Social emergiu e desenvolveu-se no contexto da CODESP e observar as demandas da empresa desde as primeiras décadas de trabalho. No primeiro capítulo desenvolvemos a reflexão sobre o trabalho do assistente social nas empresas capitalistas e as novas demandas do Serviço Social Empresarial. No segundo capítulo abordamos a história do Porto de Santos, o surgimento da Companhia Docas do Estado de São Paulo e o advento do Serviço Social na CODESP. No terceiro capítulo efetuamos a exposição e tabulação dos dados colhidos e seus resultados da pesquisa de campo. Nas considerações finais apontamos reflexões a partir dos resultados.

#### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Primário:** Observar a construção das ações e o desenvolvimento do Serviço Social na Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. **Objetivo Secundário:** - Conhecer a história do setor de Serviço Social da empresa CODESP. - Observar as mudanças significativas na intervenção profissional ao longo da história do Serviço Social da CODESP. - Captar a percepção dos assistentes sociais da CODESP sobre seu trabalho profissional.

**Endereço:** Rua Botucatu, 572 1º Andar Conj. 14  
**Bairro:** VILA CLEMENTINO **CEP:** 04.023-061  
**UF:** SP **Município:** SAO PAULO  
**Telefone:** (11)5539-7162 **Fax:** (11)5571-1062 **E-mail:** cepunifesp@unifesp.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SÃO PAULO - UNIFESP/  
HOSPITAL SÃO PAULO



Continuação do Parecer: 868.423

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

RISCOS E BENEFÍCIOS DECLARADOS PELOS PESQUISADORES

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Para o levantamento das informações sobre a empresa que constituirá o universo desta pesquisa, a Companhia Docas do Estado de São Paulo, será necessária uma pesquisa documental e bibliográfica. Para compreensão do processo de construção e desenvolvimento do setor de Serviço Social da CODESP contaremos com os depoimentos de indivíduos que fizeram e fazem parte dessa trajetória. Para contemplar o objetivo proposto pela pesquisa, será

utilizado o método da pesquisa qualitativa que compreende questões particulares em um nível de realidade que não pode ser quantificado (MINAYO, 2012). A técnica de pesquisa aplicada será a de entrevista, pois é uma técnica de coleta de informações [...], diretamente solicitada aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado [...]. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e

argumentam (SEVERINO, 2007, p. 124). As entrevistas serão realizadas na modalidade não-diretiva, a qual permitirá que os sujeitos da pesquisa abordem todos os fatos, argumentos e opiniões que acreditem serem necessários. Os depoimentos serão gravados e a pesquisadora tomará notas durante as conversas, de modo que os dados possam ser adequadamente analisados e interpretados. Quanto aos sujeitos da pesquisa, serão entrevistados três assistentes

sociais que trabalham ou já fizeram parte do quadro de funcionários da empresa, de modo que se abranja o maior período de tempo possível, considerando o surgimento do setor no contexto institucional. O primeiro é um profissional com uma história de mais de trinta anos de dedicação ao setor de Serviço Social da CODESP, que se aposentou nos anos de 1990 e reside em Santos/SP até os dias de hoje. A segunda é uma assistente social que, neste ano de 2014, completará quarenta anos de empresa, sendo que é uma das mais antigas funcionárias do quadro atual de

trabalhadores. Já a terceira é uma profissional que já trabalhou no Serviço Social da empresa durante doze anos, permaneceu um período trabalhando em outro setor e acaba de retomar suas atividades na função de assistente social na empresa.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

documentos obrigatórios apresentados de forma adequada- carta de ciência e autorização da CODESP apresentada.

**Endereço:** Rua Botucatu, 572 1º Andar Conj. 14  
**Bairro:** VILA CLEMENTINO **CEP:** 04.023-061  
**UF:** SP **Município:** SAO PAULO  
**Telefone:** (11)5539-7162 **Fax:** (11)5571-1062 **E-mail:** cepunifesp@unifesp.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SÃO PAULO - UNIFESP/  
HOSPITAL SÃO PAULO



Continuação do Parecer: 868.423

**Recomendações:**

SEM RECOMENDAÇÕES ADICIONAIS

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

não existem pendências

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O CEP informa que a partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios parciais (anualmente), e o relatório final, quando do término do estudo.

SAO PAULO, 12 de Novembro de 2014

---

**Assinado por:**  
**José Osmar Medina Pestana**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Rua Botucatu, 572 1º Andar Conj. 14  
**Bairro:** VILA CLEMENTINO **CEP:** 04.023-061  
**UF:** SP **Município:** SAO PAULO  
**Telefone:** (11)5539-7162 **Fax:** (11)5571-1062 **E-mail:** cepunifesp@unifesp.br